



**Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista**

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 08 e 09 de Maio de 2025.

Brasília, 08 de maio de 2025.

1º Dia de Reunião

Aos oito de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Hotel Cullinan Hplus Premium, situado à SHN Quadra 4, Bloco E, Asa Norte, Brasília – DF, ocorreu o primeiro dia da **4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A reunião tratou da leitura e aprovação dos resumos executivos da 3ª Reunião Ordinária do CNPI e da 1ª Reunião Extraordinária do CNPI, ocorridas em dezembro de 2024; da apresentação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas; da Reestruturação da FUNAI; da Constituição do GT da II Conferência de Política Indigenista; do tema da mineração no contexto na Câmara de Conciliação; de cotas indígenas no TSE; da assinatura do Protocolo de Intenções MPI/MinC; da COP30; do Acervo do CNPI.

A reunião contou com a participação de organizações indígenas, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de credenciamento anexada a esta ata.

A reunião foi realizada com o apoio da GIZ, no âmbito do projeto de Cooperação Técnica "Direitos e Territórios Indígenas", em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e a FUNAI.

Abertura da Reunião por DINAMAN TUXÁ/APIB, Vice-Presidente do CNPI.

Foi realizada homenagem *in memoriam* ao comunicador indígena Mre Galvão.

Na sequência, o Cacique GIBA TUXÁ foi convidado a realizar ritual de abertura, juntamente com o Pajé CELSO XUCURU-KARIRI.

Todos os Conselheiros presentes expressaram seu consentimento à gravação de áudio e vídeo da reunião.

LEITURA E APROVAÇÃO DOS RESUMOS EXECUTIVOS DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA E DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

INATHAN TUXÁ/MPI fez a leitura dos Resumos Executivos da 3ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião Extraordinária do CNPI.

Resumos aprovados pelo Plenário.

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

INATHAN TUXÁ/MPI fez a leitura da pauta proposta para a 4ª Reunião Ordinária do CNPI.

TAYSE POTIGUARA/APOINME suscitou dúvida sobre apresentação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas (CTs).

INATHAN TUXÁ/MPI esclareceu quais são os tópicos abordados nos Planos de Trabalho, sendo que as apresentações serão feitas em momento oportuno da pauta.

CLEBER BUZATTO/CIMI questionou a ausência de ponto de pauta para tratar das recomendações ainda não publicadas, aprovadas na 1ª Reunião Extraordinária do CNPI.

INATHAN TUXÁ/MPI pontuou que foram encaminhadas resoluções na reunião das Bancadas, as quais não foram incluídas como ponto de pauta para deliberação, mas serão votadas. Esclareceu que houve esvaziamento por parte da Bancada de Governo e da Bancada Indígena na 3ª Reunião Ordinária, de modo que foi necessário agendar a reunião extraordinária para votação das resoluções pendentes. Com vistas a evitar o esvaziamento da Plenária, indicou que as resoluções pendentes de publicação poderiam ser votadas novamente pelo Pleno.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou orientação do MPI para que o Plenário apenas reafirmasse a aprovação das resoluções para publicação, considerando o rito regimental.

INATHAN TUXÁ/MPI sintetizou a proposta do Pleno para que as Resoluções aprovadas na 1ª Resolução Extraordinária fossem encaminhadas para publicação juntamente às resoluções aprovadas na 4ª Reunião Ordinária.

CLEBER BUZATTO/CIMI recordou que foram aprovadas duas resoluções quando ainda havia quórum ao final da 3ª Reunião Ordinária. Apontou que estas também devem ser encaminhadas para publicação.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS informou que outra minuta de resolução, discutida no âmbito do GT de reestruturação da FUNAI, também ficou pendente de deliberação e questionou qual poderia ser a solução adotada.

INATHAN TUXÁ/MPI informou que a proposta de resolução poderia ser deliberada, considerando a pauta de Reestruturação da FUNAI, e encaminhada para votação do Pleno.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME solicitou a verificação junto à relatoria para verificar a qualificação do quórum no momento de aprovação das resoluções na 3ª Reunião Ordinária, considerando o esvaziamento.

INATHAN TUXÁ/MPI pontuou que seria confirmado junto à relatoria.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI sugeriu que o ponto de pauta para deliberar sobre as resoluções propostas fosse antecipado na programação do segundo dia de reunião, com vistas a evitar o risco de esvaziamento do quórum.

Sugestão acatada pelo Plenário.

CLEBER BUZATTO/CIMI ressaltou que não haveria dúvidas quanto à aprovação das resoluções deliberadas na 3ª Reunião Ordinária do CNPI. Mencionou que foram feitas duas conferências para verificar o quórum durante a deliberação sobre a segunda resolução aprovada.

PAULINO MONTEJO SILVESTRE/APIB relatou que o debate sobre a necessidade de nova submissão das Resoluções à deliberação pelo Plenário poderia evidenciar insegurança jurídica. Sugeriu que o rito seja seguido com a maior formalidade possível.

JECINALDO SATERÉ/MPI registrou que o MPI não suscitou dúvida sobre a aprovação das Resoluções, mas foi colocada em discussão apenas a confirmação do quórum ao final da 3ª Reunião Ordinária.

DINAMAN TUXÁ/APIB confirmou a aprovação de todas as cinco Resoluções aprovadas na 3ª Reunião Ordinária e na 1ª Reunião Extraordinária e pontuou que será dado seguimento ao trâmite de publicação. Observou que parte das recomendações elencadas na Resolução CNPI nº 2, de 05 de dezembro de 2024, especificamente em relação ao abastecimento de água nos territórios Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, já haveriam sido cumpridas pelo Governo Federal, sendo necessária avaliação para publicação da resolução em sua integralidade. Sugeriu que seja estabelecido prazo de tramitação para publicação das resoluções.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA solicitou que fosse mantida a resolução sobre o Mato Grosso do Sul em sua integralidade.

GILMAR VERON/ATY-GUASU também se manifestou pela publicação integral da resolução sobre o Mato Grosso do Sul.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou a importância de previsão no regimento sobre o prazo para publicação das Resoluções. A Secretaria Executiva deverá incluir como ponto de pauta para deliberar sobre alteração do regimento interno com vistas a prever prazo de publicação para as resoluções aprovadas.

Pauta aprovada pelo Plenário.

INFORMES

AGNALDO PATAXÓ/APOINME relatou necessidade de que o Governo dê maior visibilidade a questões emblemáticas da demarcação de terras, não necessariamente positivas. Parabenizou a APIB pela Nota sobre a CONAFER. Reiterou pedido feito em Plenário para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário fosse convocado para tratar da demarcação de terras indígenas e quilombolas.

DINAMAN TUXÁ/APIB sintetizou o pedido de Agnaldo Pataxó para que seja incluído em pauta o debate sobre a demarcação para que a Bancada de Governo apresente devolutivas na próxima reunião do CNPI. Sugeriu que poderia ser trazido breve diagnóstico sobre o tema na pauta de Reestruturação da FUNAI, sem prejuízo de inserção da pauta na próxima reunião do Plenário, para que seja realizado debate aprofundado com as demais instituições. Pontuou a necessidade de correção da pauta, visto que a apresentação da Reestruturação da FUNAI será realizada pela Conselheira Lúcia Alberta.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI informou que serão recebidos 502 novos servidores na FUNAI, com a publicação do respectivo edital de convocação dos candidatos aprovados. Destacou a confirmação da redução comprovada em cerca de 96% dos garimpos em terras indígenas. Relatou, ainda, que foi realizada entrega simbólica de mais de 160 mil cestas destinadas à Terra Indígena Yanomami. Mencionou que estão sendo elaborados projetos relacionados à segurança alimentar no território. Além disso, pontuou o desenvolvimento dos processos de desintrusão, atualmente na Terra Indígena Kayapó. Ressaltou esforço da FUNAI de combate às *fake news* veiculadas na mídia sobre os

processos de desintrusão, especialmente sobre a diferença da aquisição de glebas estritamente públicas. Abordou também a continuação das atividades de mais de 153 grupos de trabalho em campo. Relatou que a FUNAI está participando na construção de editais, por exemplo, Edital do Arco da Restauração Ecológica da Amazônia, para apresentação de projetos de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas. Indicou esforço para construção de editais que contemplem também outras áreas além da Amazônia. Por fim, destacou esforço da FUNAI para enfrentamento aos arrendamentos de terra, incluindo ações movidas no âmbito do Ministério Público Federal e em diálogo com organizações indígenas e comunidades para finalização de situações de arrendamento de terra. Ressaltou também esforços junto ao Ministério da Justiça para disponibilizar a Força Nacional em conflito no Sul da Bahia.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS apresentou como sugestão que a FUNAI e as instituições integrantes do Comitê da Destinação de Terras Públicas apresentassem mais informações sobre o tema da demarcação das terras indígenas.

BRUNO ALVES CHAVES /MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL sugeriu como ponto de pauta na próxima reunião do Pleno para tratar das ações em desenvolvimento pelo Ministério. Informou que o Ministério instituiu GT de proteção social aos povos indígenas, além de compor instâncias em outros órgãos. Mencionou que será lançada revista com indicação das ações sociais desenvolvidas pelo MDS em relação a pauta indígena. Destacou que o MDS conta com apoio do CNPI. Indicou que foi aprovada a Resolução nº 44 para garantir a indicação de representantes indígenas para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com dispensa de escolaridade quando for preciso, para facilitar a vinculação dos povos indígenas aos serviços de assistência.

CATARINA/MINISTÉRIO DA CULTURA sinalizou que a assinatura do Protocolo de Intenções entre o MinC e o MPI representa um passo importante na cooperação e indicou que será instituído grupo de trabalho na sequência. Sugeriu que fosse incluído ponto de pauta na próxima reunião do CNPI para apresentação dos temas da pasta em relação aos povos indígenas (acesso e fomento de iniciativas culturais dentro dos territórios).

WEIBE TAPEBA/SESAI relatou que o esforço realizado para garantir a recomposição do orçamento para a saúde indígena. Informou que estão sendo desenvolvidas tratativas para pactuar as etapas distritais, regionais e nacional da Conferência Nacional de Saúde Indígena. Solicitou como inclusão do ponto de pauta para próxima reunião do CNPI o balanço das ações sanitárias realizadas na TI Yanomami, assim como para apresentação de relato sobre a elaboração de portaria que estabelecerá a nova Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP). A proposta é que a minuta inicial da portaria seja apresentada ao Pleno do CNPI antes de ser apresentada ao Ministro da Saúde. Mencionou, ainda, que se busca a inserção da pauta da saúde indígena na COP30, incluindo o possível lançamento de primeiro projeto financiado pelo Fundo Amazônia, e também o possível lançamento do CREPAM – Centro de Referência para Patologias da Corrente do Mercúrio, a ser implantando no estado do Pará.

SELMO XUCURU-KARIRI/NORDESTE solicitou informações à FUNAI sobre a questão territorial Xucuru-Kariri.

QUÊNER CHAVES/MINISTÉRIO DA PESCA destacou que foi recriada a Secretaria da Pesca Artesanal. Relatou a construção do primeiro Plano Nacional da Pesca Artesanal, construído a partir de plenárias regionais, as quais contaram com a representação indígena. Sugeriu a possibilidade de organização de cadernos temáticos voltados à pauta indígena. Informou que existe proposta de apresentação de plano com eixos temáticos para a COP30.

CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA sugeriu a inclusão da pauta da pesca artesanal na CT VI.

PATRÍCIA MELO/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR esclareceu que a CONAFER é entidade representativa da agricultura familiar, entretanto, não tem capilaridade e competência para tratar a regularização dos territórios indígenas e quilombolas. Ressaltou que não há nenhum acordo entre o MDA e a CONAFER, sendo que a notícia divulgada sobre a regularização de terras indígenas e quilombolas foi falsa.

DORINHA PANKARÁ/APOINME pontuou a importância do debate sobre a questão territorial. Questionou a Presidência da FUNAI acerca de atualizações do território Pankará.

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou que determinadas questões serão respondidas no período da tarde e no momento de informes do segundo dia de reunião. Foi feita sugestão de inversão de pauta no segundo dia para que a pauta da mineração seja tratada às 09h30, de modo que a FUNAI poderá apresentar informes sobre a questão territorial na sequência.

Proposta aprovada pelo Plenário.

DINAMAN TUXÁ/APIB propôs a apresentação das Câmaras Temáticas I e II no período da manhã e a continuidade das apresentações no período da tarde. Solicitou a apresentação de mais informações sobre a questão territorial Xucuru-Kariri em resposta à manifestação do Conselheiro Selmo.

Proposta aprovada pelo Plenário.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informou que as tratativas com o Governo sobre a questão territorial Xucuru-Kariri continuam, mas ainda não foi possível confirmar o agendamento de reunião entre governamentais os entes envolvidos.

DINAMAN TUXÁ/APIB reforçou o pedido para que fossem apresentadas mais informações sobre a questão territorial Xucuru-Kariri em resposta à manifestação do Conselheiro Selmo. Convocou as coordenações para iniciar as apresentações dos Planos de Trabalho das CTs.

APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

CT I – Demarcação, direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

JOENIA WAPICHANA/FUNAI relatou dificuldade de quórum nas reuniões mensais da CT, de modo que foram propostas estratégias no Plano de Trabalho para garantir a participação dos Conselheiros. Indicou que os objetivos propostos permanecem os mesmos.

JOSÉ CASSUPÁ/REGIÃO AMAZÔNICA fez a leitura do Plano de Trabalho. Apresentou como objetivos propostos: **i)** Receber, propor, encaminhar e monitorar denúncias, ameaças e violações dos direitos territoriais dos povos indígenas aos órgãos competentes; **ii)** Propor aos órgãos competentes medidas a serem adotadas relativas ao reconhecimento, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, garantindo a proteção, segurança e gestão territorial; **iii)** Propor e contribuir com a construção e formulação de políticas públicas voltadas a desintrusão e de segurança pública em terras indígenas; **iv)** Propor, monitorar, aperfeiçoar a construção e implementação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial indígenas e da PNGATI; **v)** Monitorar e avaliar o planejamento físico e

orçamentário das ações do poder executivo voltadas a demarcação, regularização fundiária, proteção, fiscalização e gestão ambiental e territorial de terras indígenas;

JOENIA WAPICHANA/FUNAI indicou que foram mantidos os mesmos objetivos, sendo necessário estabelecer linhas de ações e atividades relacionadas aos objetivos.

JOSÉ CASSUPÁ/REGIÃO AMAZÔNICA elencou os temas prioritários a serem tratados pela Câmara Temática, sendo estes: **i)** Demarcação, regularização fundiária e desintrusão de terras indígenas; **ii)** Proteção, fiscalização e segurança pública em terras indígenas; e **iii)** Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI apresentou as atividades e produtos deliberados pela Câmara Temática, destacando como nova atividade a realização de reunião com órgãos que atuam na segurança pública para tratar das competências e atuação nas Terras Indígenas (MJ, SENASP, PF, FNS, MD, Exército, Marinha, GSI, PRF, FUNAI, IBAMA, ICMBIO). A previsão é que a reunião seja realizada entre dias 09 a 13 de junho de 2025. Pontuou que será encaminhado ofício aos membros das demais Câmaras Temáticas que desejem participar da reunião. Destacou também a criação de Mecanismo de Monitoramento da Execução Orçamentária das Ações Governamentais relativas à implementação da política indigenista, a ser apresentado até agosto de 2025. Mencionou também a proposta de resolução da CNPI ao MGI para a revisão do Decreto 101.93/2019 em função de dificultar as ações da política indigenista da FUNAI, em especial de proteção das terras e dos povos indígenas. Apresentou, ainda, o cronograma de atividades, indicando quais atividades já foram realizadas e quais ainda devem ser concluídas. Ressaltou a previsão de seminário em junho de 2025 para acompanhamentos obre a COP. Indicou também que será proposta a tentativa de alteração do calendário de reuniões a serem realizadas às segundas-feiras, na segunda semana de cada mês, no período vespertino.

JOSÉ CASSUPÁ/AMAZONAS apresentou os **encaminhamentos** práticos propostos no Plano de Trabalho, sendo estes: **i)** Sugestão da Secretaria Executiva do CNPI para garantir pelo menos um dia de trabalho presencial das CTs quando houver as reuniões do Plenário; **ii)** Organizar lista de membros efetivos da CT e providenciar lista de e-mails/contato; **iii)** Definição das datas corrigidas das reuniões da CT (**última quintas-feiras de cada mês, iniciando em janeiro de 2025**); **iv)** Reuniões da CT I serão na sede da FUNAI, na sala de reuniões da Presidência, também disponível a Sala Multiuso para reuniões da bancada indígena; **v)** Verificação com a GIZ de disponibilidade de secretaria e elaboração de relatoria para a CT I; **vi)** Verificar com MPI fundos/ recursos para viagens dos membros em eventos importantes em Brasília; **vii)** Oficiar os membros conselheiros para justificar sua ausência e se manifestar quanto ao seu interesse em continuar a participar da CT I; e **viii)** Reuniões ordinárias ocorrerão a cada segunda-feira na segunda semana de cada mês e, havendo feriado, a reunião irá ocorrer em dia posterior ao feriado.

Contribuições apresentadas pelo Plenário ao Plano de Trabalho da CT I

CLEBER BUZATTO/CIMI observou que houve mudança no nome da CT I para incluir o conceito de demarcação, o que ainda não foi contemplado na programação e na proposta de regimento interno.

SELMO XUCURU KARIRI/APOINME também relatou a dificuldade de quórum para participação na reunião, que acontece na modalidade online. Questionou se haveria possibilidade de realizar a reunião presencialmente em Brasília.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS **informou** que está sendo organizado fórum sobre segurança na fronteira e nas comunidades indígenas, que acontecerá no município de Tabatinga, entre os dias 23 e 26 de junho. Solicitou apoio das instituições presentes, visto que haverá participação de centenas de lideranças.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME sugeriu a inclusão do tema da proteção dos povos isolados na pauta da CT I.

INATHAN TUXÁ/MPI pontuou que a alteração do nome da CT I já havia sido aprovado, devendo ser promovida apenas a alteração dos documentos da CT para garantir a atualização do nome. Ressaltou apoio técnico operacional da GIZ às CTs no âmbito do acordo de cooperação com o MPI. Mencionou que Guta também atua como consultora da GIZ na elaboração de produtos sobre as CTs.

MÁRCIO SABBADINI/GIZ reforçou a previsão de apoio da GIZ às CTs I e II.

GUTA/Consultoria via GIZ ressaltou seu apoio na elaboração da documentação e fluxos de trabalho das CTs. Pontuou que irá apoiar a alteração dos documentos em tramitação para corresponder à atualização do nome da CT I. Indicou que irá elaborar a sistematização dos fluxos de trabalho e comunicação da CT, em formato de guia de orientações gerais.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS sugeriu: i) a inserção o eixo sobre a defesa de lideranças indígenas na CT I; e ii) a deliberação sobre como serão tratadas as iniciativas de monitoramento e segurança realizadas pelos próprios indígenas dentro de seus territórios.

INATHAN TUXÁ/MPI solicitou apoio à FUNAI e aos demais ministérios para providenciar a vinda dos Conselheiros para reuniões presenciais (apoio logístico e passagens de viagens).

WEIBE TAPEBA/SESAI destacou a necessidade de serem realizados acertos para garantir a inclusão do pedido de apoio à participação dos conselheiros no Projeto de Lei Orçamentária Anual do próximo ano.

JECINALDO SATERÉ/MPI passou a palavra para a Presidente Joenia Wapichana para apresentar considerações finais.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI sinalizou os desafios para apoiar financeiramente considerando a ausência de previsão orçamentária, mas indicou possibilidade de estratégia para reunir esforços e garantir a participação dos Conselheiros. Indicou que, pela FUNAI, será disponibilizada a sala de reuniões e a sala multiuso para a CT I. Destacou apenas ser importante o informe com antecedência para que seja feita a reserva da sala. Pontuou que serão promovidas as mudanças necessárias no Plano de Trabalho. Questionou se o tema da defesa das lideranças indígenas não seria tratado também por outra CT. Em relação ao tema do monitoramento e segurança, indicou que será incluído na pauta de

proteção, fiscalização e segurança pública em terras indígenas. Ressaltou que as sugestões serão encaminhadas à Secretaria para adequada alteração e conclusão do Plano de Trabalho.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB apresentou o Plano de Trabalho, **anexo a esta ata**. Destacou participação efetiva dos membros da CT. Relatou que foi solicitado apoio à Bancada de Governo presente na CT para garantir o apoio logístico da reunião presencial. Elencou as metas previstas até fevereiro de 2026, sendo estas: **i)** Análise de Regimento (Piloto) com diretrizes para orientar comunidades indígenas na elaboração de regimentos internos, respeitando suas formas de organização social e modos de tomadas de decisão; **ii)** Levantamento dos espaços com representatividade indígena até agosto de 2025; **iii)** Instância de participação: fortalecimento e representatividade indígena no controle social; **iv)** Qualificação da participação; **v)** Formação para execução a Lei nº 11.645/2008; **vi)** Acordos e incidência internacional: análise de gargalos e prioridades; **vii)** Convenção nº 169 – Consultoria para elaboração do Seminário de Autodeterminação.

Foram elencadas as seguintes entregas e atividades respectivamente: **i)** Previsão de consulta em territórios indígenas já determinados para elaboração dos projetos-piloto; **ii e iii)** Identificação dos espaços sem representatividade indígena; **iv)** Elaboração de guias e sugestões de oficina de formação dos membros indígenas dos espaços de participação e controle social; **v)** Encaminhar para possível acompanhamento da CT IV, considerando a temática da educação; e **vi)** Diálogo com Sineia do Vale, presidente do Caucus Indígena, e agenda com APIB, MPI, FUNAI, COIAB e ANMIGA (janeiro a abril de 2026).

Indicou os prazos e responsáveis indicados para cada atividade proposta. Especialmente em relação à entrega de encaminhamento da formação para execução da Lei nº 11.645/2008 para acompanhamento da CT IV, destacou que a expectativa é de realizar entrega para a CT dar continuidade aos trabalhos. Destacou também que será feita análise da participação indígena na COP. Ademais, indicou que a CT II irá elaborar minuta de posicionamento do CNPI sobre a regulamentação da consulta prevista na Convenção nº 169/OIT para avaliação do Pleno. Por fim, mencionou que serão disponibilizados relatórios das reuniões para posterior conferência das atividades propostas e consequente alteração, caso necessário.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI apresentou considerações sobre a análise do PL do CNPI. Destacou apenas os dispositivos em que a ação sugerida foi de alteração.

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB apresentou os encaminhamentos elencados no Plano de Trabalho proposto pela CT II: **i)** Já foram realizadas 7 reuniões ordinárias, incluindo uma presencial; **ii)** Foi feito levantamento dos cursos de formação sobre a Lei nº 11.645/2008 – proposta de transferência para CT IV; **iii)** Indicação de ações em defesa dos defensores de direitos humanos, visando a proteção dos comunicadores indígenas e indigenistas – proposta de atuação conjunta com a CT I; **iv)** Foi concluído o mapeamento dos protocolos de consulta; **v)** Foi concluída a análise e foram propostas alterações ao texto do PL do CNPI; **vi)** Recomendação ao MPI e à FUNAI para que apoiem a indicação de credenciamento de todos(as) os(as) Conselheiros(as) indígenas do CNPI para a zona azul da COP30; **vii)** Sugerir que todo(as) os(as) Conselheiros(as) participem nas caravanas

COParente, agenda preparativa para COP30 em suas respectivas regiões; **viii)** Recomendação de participação dos membros da AGU, DPU, MPF, representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo Federal, e da Sociedade Civil que não integrem o CNPI; e **ix)** Solicitar que seja constituído o GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista, conforme acordado na 2ª Reunião Ordinária do CNPI.

Contribuições apresentadas pelo Plenário ao Plano de Trabalho da CT II

CLEBER BUZATTO/CIMI questionou o item do Plano de Ação relativo à consulta prévia, sobre a possibilidade de a CT apresentar uma minuta de posicionamento do CNPI sobre a regulamentação da consulta prévia, considerando o posicionamento histórico de que o instrumento seria autoaplicável. Questionou se existe demanda da Bancada Governamental para regulamentação do tema, ou qual seria a motivação de inserção do item no Plano de Trabalho da CT.

BRÁSÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA destacou importância do debate sobre a regulamentação da consulta prévia para que sejam levadas mais informações ao movimento de base.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI esclareceu que o tema da regulamentação dos protocolos de consulta será debatido na construção do seminário, a ser realizado em fevereiro de 2026 com apoio de consultoria especializada. Explicou que, no processo de construção do seminário, para tratar da consulta livre prévia e informada, conforme previsto na Convenção nº 169/OIT, existe a expectativa de elaboração de um posicionamento institucional do CNPI como resultado do seminário. Destacou entendimento sobre a Convenção nº 169 ser autoaplicável, mas ponderou a existência de posicionamentos pela regulamentação dos protocolos de consulta, o que deve ser alinhado no Pleno do CNPI.

CARLA JARRAIRA/CIR/COIAB agradeceu a atenção e destacou a importância de serem preenchidos os formulários encaminhados pela CT para levantamento das instâncias de participação a nível regional e local.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI pontuou a necessidade de indicação dos nomes para construção do GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista. Registrou que membros de outras CTs também podem integrar o GT.

PAULINO MONTEJO SILVESTRE/APIB sugeriu a inclusão de menção na análise do PL do CNPI, no Art. 2º, VI, para abarcar as representações indígenas e indigenistas.

JECINALDO SATERÉ/MPI destacou a importância da análise do PL do CNPI ser incluída como ponto de pauta da próxima reunião para avançar com as propostas apresentadas pela CT. Agradeceu a participação das Bancadas e indicou o início da pausa de almoço.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, retomada a 4ª Reunião Ordinária do CNPI. Abertura da parte da tarde da Reunião por Dinaman Tuxá (APIB).

CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social

VANDERSON HUNI KUI/SESAI introduziu as seções elaboradas no Plano de Trabalho, composto por metas, Conselheiros(as) executores, entregas para alcance das metas, prazos das entregas e responsável pela entrega.

LAYNE TUPINIKIM fez a leitura da proposta o Plano de Trabalho da CT III, **anexo a esta ata**. Destacam-se as metas da CT III: **i)** Instituir o GT Interministerial de saúde mental, a atenção psicossocial e promoção do bem-viver indígena; **ii)** Atualizar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename Indígena); **iii)** Lançar o Programa Nacional de Saneamento Indígena; **iv)** Atualizar as competências do Apoiador em Saúde; **v)** Apresentar o Programa de Medicinas Indígenas; **vi)** Promover a participação dos Povos Indígenas na Conferência Nacional de Assistência Social; **vii)** Instituir o GT Interno de Assistência Social; **viii)** Realizar encontros presenciais desta CT previamente às reuniões plenas do CNPI (proposta: entre 03 e 04 de julho); e **ix)** Propor pautas desta CT ao pleno do CNPI.

ANDREA/FUNAI ressaltou algumas entregas elencadas para alcance das metas. Reforçou a importância de participação nas conferências de assistência social. Mencionou a possibilidade de realização de conferência livre para os povos indígenas sobre o tema. Pontuou também: **i)** a solicitação de apoio do MPI e do CNPI para redação de uma carta solicitando vagas para delegados especiais junto ao Conselho Nacional de Assistência Social; **ii)** a criação de protocolo de ação integrada para povos indígenas; **iii)** o estímulo ao diálogo entre órgãos executores da política assistencial; e **v)** sugestão de inserção de pautas no Plenário. Estas propostas constam como entregas para alcance das metas.

VANDERSON HUNI KUI/SESAI indicou que foi proposta a apresentação, na próxima reunião do Pleno do CNPI, do Programa Nacional de Saneamento Indígena e das propostas relativas à assistência social e à promoção do bem-viver indígena. Foi proposta também a inserção de pauta sobre a Conferência Nacional da Assistência Social e previdência social.

Contribuições apresentadas pelo Plenário ao Plano de Trabalho da CT III

WEIBE TAPEBA/SESAI referendou os resultados apresentados e sugeriu a inclusão da meta para que a CT componha a comissão organizadora da Conferência Nacional de Saúde Indígena e acompanhe, quando possível as etapas distritais que antecedem a conferência (2025 e 2026). Sugeriu também como meta o acompanhamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP) e participação no 5º seminário regional para elaboração de proposta aperfeiçoamento da PNASP, previsto para julho de 2025. Destacou que o acompanhamento da política é permanente.

BRUNO ALVES CHAVES/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL destacou importância de pautar a questão da assistência social, com exigência do mínimo constitucional, e a compreensão acerca da dimensão da proteção social, que respeita a cultura e os modos de vida. Pontuou que as conferências livres estão sendo promovidas pelo Conselho Nacional pela primeira vez.

LINDOMAR XOKO/NORDESTE afirmou que foi trazida a necessidade de debater sobre a AgSUS no âmbito da Bancada Indígena. Pontuou ser importante a inclusão de ponto de pauta para atualizações sobre o tema. Além disso, recapitulou o encaminhamento de representantes para o Fórum (FPCondisi) e para o comitê da AgSUS.

CRISTIANE PANKARARU/ANMIGA apontou a necessidade de discussão sobre a reestruturação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no eixo de saúde indígena e serviço social. Ressaltou a diferença existente entre fitoterápicos e as plantas medicinais na lógica da regulamentação.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS mencionou a necessidade de participação do presidente do FPCondisi no CNPI, para que haja alinhamento entre as agendas e discussões.

DINAMAN TUXÁ/APIB indicou que a Secretaria Executiva deve providenciar o convite para participação do FPCondisi, sendo necessário verificar como se dará o custeio da participação do representante nas reuniões.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME suscitou a necessidade de organização do atendimento por pajés e xamãs como parte da saúde indígena.

DINAMAN TUXÁ/APIB solicitou apoio da Secretaria Executiva para garantir a participação na conferência livre ou a realização de conferência específica para os povos indígenas, com a eleição de delegados na conferência mencionada pelo MDS.

ANDREA/FUNAI ressaltou a importância de participação de assistentes sociais como delegados nas conferências de saúde.

VANDERSON HUNI KUI/SESAI confirmou que as metas sugeridas serão inseridas no Plano de Trabalho.

WEIBE TAPEBA/SESAI apontou a importância de criar instrumentos e envolver a participação de municípios e estados, visto que muitas comunidades relatam o abandono e a dificuldade de acesso às políticas públicas a nível local.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS pontuou a necessidade de pensar ações estruturantes para questões emergenciais como a crise climática e o direito das mulheres e meninas indígenas. Ressaltou importância de pensar políticas concretas.

VANDERSON HUNI KUI/SESAI mencionou que foi instituído o Comitê de Resposta aos Eventos da Saúde Indígena e destacou que será realizado o Seminário Nacional de Mudanças no Clima, que visa trazer subsídios para elaboração de Programa Nacional.

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

ELIEL BENITES/MPI apresentou a proposta de Plano de Trabalho, **anexo a esta ata**. Sublinhou a pauta da educação escolar indígena e dos estudantes indígenas nas universidades, sendo necessário estratégias político-administrativas. Apresentou as metas e respectivas entregas elencadas no Plano de Trabalho para o período de 2025 a 2026:

- Criação de instrumento normativo para melhoria de acesso e permanência e êxito de indígenas nas instituições de ensino superior: elaboração de instrumento normativo para estabelecer posicionamento e orientar as instituições de ensino sobre as políticas afirmativas para povos indígenas.
- Acompanhar a criação de Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena – Territórios Etnoeducacionais no Sistema Nacional de Educação.
- Indução para elaboração da Política de Educação Escolar Indígena nos estados e municípios (PNEEI-TEE).
- Criação da Universidade Indígena: meta de concretização em 2025.2 por meio de projeto de lei. Proposta de enviar ofício ao GT da Universidade Indígena para apresentar a proposta concreta e contextualizada sobre a universidade à CT IV.
- Formação/informação sobre programas para gestão escolar indígena autônoma.
- Criação da Secretaria de Educação Escolar Indígena no MEC.
- Criação da Política Nacional para a valorização e fortalecimento das línguas Indígenas Brasileiras: elaboração de projeto de lei para criação da política.
- Educação bilíngue: criação de política nacional para educação de indígenas surdos e mudos.
- Colaborar com o fortalecimento das (coordenações, diretorias, gerências indígenas no âmbito das secretarias de estado e municipais).

Também foram apresentadas metas e entregas para o subtema “Apoiar a promoção, em articulação com os órgãos governamentais e as entidades indigenistas, de campanhas educativas sobre os direitos dos povos indígenas e o respeito à sua diversidade étnica e cultural (art.2º, VI)”

- Garantir vaga de representante indígena no Conselho Nacional de Educação – CNE.
- Apoiar a elaboração/publicação de materiais didáticos indígenas para as redes municipais e estaduais (publicação de materiais didáticos bilíngue).
- Induzir e subsidiar os estados e municípios para o cumprimento da Lei nº11.645/2008: estabelecer estratégias para implementação de leis, já existentes, nas escolas.

Em relação ao subtema “PPA e PLOA”, foi apresentado como meta o aumento da previsão orçamentária das ações a serem desenvolvidas pelos órgãos.

GILMAR VERON /ATY-GUASU recordou a deliberação para que fosse convocado representante do FNEEI para participar da reunião e discutir o fortalecimento da educação escolar indígena. Destacou que esta proposta deve ser retomada para garantir a participação do FNEEI na próxima reunião. Pontuou necessidade de apoio quanto à documentação por parte da Secretaria Executiva, no sentido de verificar o destinatário das documentações elaboradas pela CT e como deverá ser feita a gestão destes documentos. Ressaltou importância de manter a data decidida no Pleno para as reuniões do CNPI, considerando a disponibilidade e preparação dos Conselheiros para participar. Sugeriu que o Pleno deliberasse a inclusão do Professor Alberto na CT.

INATHAN TUXÁ/MPI destacou autonomia das CTs para deliberar sobre sua composição interna e convocação de novos membros.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS complementou a apresentação para mencionar diálogo com o Ministério da Educação para elaboração do Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos Tradicionais, das Expressões Culturais Tradicionais e das Culturas Populares. Foi solicitado o encaminhamento do projeto proposto para avaliação pelas CTs e sugerido o agendamento de reunião para tratar sobre o tema, caso necessário. Indicou a necessidade de realização de audiências e conferências para tratar do marco regulatório, com previsão de serem realizadas em julho de 2025. Por fim, pontuou a transversalidade do tema.

Contribuições apresentadas pelo Plenário ao Plano de Trabalho da CT IV

WEIBE TAPEBA/SESAI avaliou o contexto atual favorável para a implementação das políticas educacionais aos povos indígenas. Destacou necessidade de sistematizar os verbos utilizados na relatoria para melhor expressar as atribuições de cada proposta. Por exemplo, a criação do plano nacional de educação escolar indígena não será de responsabilidade do CNPI, mas do MEC, então os verbos devem refletir essas atribuições na agenda estabelecida pelo Plano de Trabalho. Em relação ao CNPI, sugeriu apresentação/devolutiva sobre os resultados das conferências para criação da universidade indígena e sugeriu também a aprovação de resolução do CNPI em apoio à criação da Universidade Indígena.

CRISTIANE PANKARARU/ANMIGA reforçou a fala de Mariazinha Baré e sublinhou a importância de complementação dos instrumentos normativos para proteger e fortalecer os elementos culturais. Mencionou a possibilidade de aprofundamento em temas como a propriedade intelectual.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI informou que será recomposto o GT para finalizar a proposta de criação da Universidade Indígena, com foco na consolidação das propostas apresentadas nas conferências regionais. Informou que será realizado webinar em 13.05.2025 para lançamento da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, a qual consolida e avança a implementação dos territórios etnoeducacionais.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME sugeriu a realização de escuta nos territórios para tratar sobre o que se entende dos conceitos de saberes tradicionais, propriedade e patrimônio cultural. Pontuou a necessidade do IPHAM também apresentar esclarecimentos sobre os licenciamentos ambientais concedidos sem considerar o patrimônio material e imaterial dos povos nos territórios.

DINAMAN TUXÁ/APIB passou a palavra aos representantes da CT para considerações finais.

ELIEL BENITES/MPI considerou positivas as sugestões de fortalecimento da pauta de criação da Universidade Indígena. Destacou também a centralidade da pauta da cultura enquanto estruturante do território, incluindo a necessidade de inclusão na pauta dos conceitos que fundamentam a ideia da cultura, por exemplo, patrimônio cultural. Mencionou a importância de reavaliação destes conceitos junto ao IPHAM, especialmente considerando o impacto sobre licenciamentos ambientais.

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

Não foi realizada a apresentação do Plano de Trabalho da CT V. A apresentação será feita na próxima reunião.

CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZONÔNICA apresentou o Plano de Trabalho da CT VI, **anexo a esta ata**. Indicou que o objetivo geral é mapear as políticas públicas existentes em cada Ministérios, com vistas a avaliar a efetividade e capilaridade da implementação destas políticas nos territórios e elaborar relatório robusto sobre os ministérios. Pontuou que o público-alvo do trabalho é constituído pelos ministérios. Foram identificadas ferramentas para avaliação das políticas sem necessariamente oficiar os ministérios, considerando outras fontes disponíveis. Em atenção ao período de execução do plano de trabalho, de 6 a 9 meses, apresentou o cronograma e quadro de atividades. Foram apresentadas como atividades: **i)** Análise documental do relatório de políticas públicas realizada Governo Federal; **ii)** Organização e Mapeamento das Políticas Públicas; **iii)** Formação de Grupos de Trabalho (GTs); **iv)** Avaliação das implementações das Políticas Públicas; e **v)** Proposição de melhorias ou novas Políticas Públicas. Wuriu Manchineri destacou que a expectativa é consolidar as atividades da CT entre outubro, novembro e dezembro. Foram apresentados os indicadores de acompanhamento.

TAINARA MUNDURUKU apresentou as seguintes recomendações: **i)** fortalecimento do fomento, na esfera federal e estadual, da bioeconomia; **ii)** valorização das culturas indígenas; **iii)** etnoturismo e serviços ambientais; **iv)** agricultura familiar; e **v)** criação de editais específicos para cooperativas e associações indígenas de fortalecimento do território.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS pontuou que os temas da CT são transversais, de modo que sente necessidade de trocas entre as CTs considerando a natureza catalisadora da CT VI.

DANIELLE BRASILEIRO/FUNAI destacou que as metodologias adotadas pela CT foram importantes para identificar a potência do CNPI em transformar o desenvolvimento das políticas indigenista pelo Governo brasileiro. Expectativa de que as atividades sejam realizadas conforme o cronograma proposto.

Contribuições apresentadas pelo Plenário ao Plano de Trabalho da CT VI

CRISTIANE PANKARARU/ANMIGA parabenizou a CT pelo trabalho desenvolvido. Sugeriu que o mapeamento seja apresentado na pré-COP, com o objetivo de viabilizar as oportunidades de incidência para as organizações.

LINDOMAR XOKO/NORDESTE-LESTE mencionou que foi eleito como representante do Comitê da Política Nacional de Habitação Rural junto ao Ministério das Cidades, e tem recebido muitas ligações de demandas das comunidades. Sugeriu que a CT busque encaminhamento junto às comunidades para que seja possível estabelecer políticas mais apropriadas para as comunidades junto ao Ministério das Cidades.

ANA LUIZA DELGADO/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (MPO) complementou as informações apresentadas pelos demais Conselheiros da CT para evidenciar que foi estabelecida a obrigatoriedade de acompanhamento das políticas transversais no âmbito do PPA. Enfatizou que a transversalidade também tem por objetivo gerar transparência e propor melhorias críticas acerca das políticas indigenistas.

LUIZ FERNANDO KADIWEU/MATO GROSSO DO SUL trouxe à atenção do Pleno o documento da Rota Bioceânica, que trata de impactos sobre os povos indígenas. Registra que a construção da Rota não está respeitando os direitos dos povos indígenas.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA parabenizou as CTs pela elaboração dos Planos. Considerando os editais que foram abertos no ano passado, oportunidades nas quais diversas associações indígenas foram contempladas, sugeriu o acompanhamento do lançamento de editais e a implementação dos projetos contemplados, com apoio do MPI.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS pontuou que também deve ser considerada a viabilidade dos projetos econômicos dos governos e como estes impactam os povos e territórios. Sugeriu necessidade de a CT deliberar sobre o Projeto Nacional de Bioeconomia. Apresentou como sugestão ao MDA a elaboração de políticas estruturantes.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI sugeriu que na próxima reunião do CNPI seja feita discussão aprofundada sobre mercado de carbono. Informou que a FUNAI instituiu GT para orientar as organizações regionais e comunidades sobre o mercado de carbono. Pontuou que houve avanços no debate sobre arrendamento de terras indígenas, mas destacou a importância de que o Pleno tome ciência e que a CT aprofunde a discussão sobre os seguintes temas: **i)** mercado de carbono; e **ii)** produtos da sociobiodiversidade.

PATRÍCIA MELO/MDA esclareceu que o MDA possui Secretaria específica para povos tradicionais e indígenas, com chamadas específicas já em desenvolvimento. Apresentou as atividades da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), responsável pelo cadastro de empresas interessadas em prestar serviços de assistência técnica e extensão rural. Neste contexto, destacou importância de as entidades representativas serem cadastradas para acompanhamento das políticas. Mencionou também a importância de formação na área técnica agrária.

JECINALDO SATERÉ/MPI destacou a função essencial da CT para integrar as informações sobre as políticas de cada ministério para a pauta indigenista. Exemplificou com o baixo alcance percentual das políticas públicas do Minha Casa Minha Vida para os indígenas e a importância de acesso às políticas públicas. Observou também a importância de integração dos estados e municípios. Passou a palavra para CT elaborar as considerações finais.

CEIÇA PITAGUARY/MPI pontuou a forma simplificada exigida para participação nos editais. Destacou que apenas 4 (quatro) entregas ainda não foram realizadas, pois serão acompanhadas individualmente. Informou que poderá disponibilizar à Secretaria Executiva lista com proponentes beneficiados pelos editais.

JECINALDO SATERÉ/MPI passou a palavra para CT elaborar as considerações finais.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZONÔNICA sugeriu retornar a nomenclatura da CT de direitos humanos para direitos sociais, visto que os direitos sociais são amplos e se correlacionam com diversos direitos humanos. Destacou que o cronograma de atividades irá considerar a incidência em pautas transversais (direitos educacionais, territoriais etc.).

TAINARA MUNDURUKU ressaltou a importância de construção de políticas públicas a partir da base.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS relatou dificuldade vivenciada pelas comunidades para se manterem regularizadas na estrutura burocrática do Estado brasileiro. Pontuou que seria necessário mutirão para requalificar as forças das bases para acessar as políticas públicas estatais, por exemplo, logística de mobilidade e acesso aos centros urbanos e às políticas públicas.

DANIELLE BRASILEIRO/FUNAI reforçou o compromisso da FUNAI com as políticas indigenistas.

REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

JECINALDO SATERE/MPI convocou Artur Nobre e Lúcia Alberta, representantes da FUNAI para apresentar o relatório final do GT de Reestruturação da FUNAI.

ARTUR NOBRE/FUNAI recapitulou o histórico do GT e apresentou o cronograma das atividades concluídas pelo GT, destacando as principais melhorias propostas na estrutura da FUNAI. Mencionou que o GT foi constituído pela Portaria nº 886, de 16 de fevereiro de 2024, composto por representantes da FUNAI, do movimento indígena e do MPI. Os trabalhos do GT foram concluídos no dia 04 de outubro de 2024, pendente apenas a entrega do relatório, que foi posteriormente realizada no dia 21 de dezembro de 2024. Relatou que no dia 30 de janeiro de 2025 o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) encaminhou ofício ao MPI solicitando informações adicionais sobre a organização proposta. Na sequência, em reunião na Casa Civil realizada no dia 10 de fevereiro de 2025, o MGI indicou que a proposta encaminhada pela FUNAI estaria acima do que o Ministério poderia atender em termos de estrutura, solicitando que fosse configurada nova proposta com o máximo de 200 pontos de função. A proposta foi reapresentada e no dia 23 de abril de 2025, em outra reunião, o MGI apresentou nova lista de questionamentos sobre a reestruturação da FUNAI. Assim, no dia 07 de maio de 2025, a FUNAI encaminhou resposta ao MPI para validação, que na sequência encaminhou a proposta ao MGI.

Apresentou as principais alterações na estrutura, sendo estas:

- Aumento do número de diretorias pela divisão das diretorias finalísticas. A atual Diretoria de Proteção Territorial se dividiria em duas novas diretorias, uma dedicada exclusivamente à demarcação e regularização fundiária, e outra dedicada à proteção territorial em si, reforçada e ampliada pelo poder de polícia da FUNAI regulamentado.
- Aumento das Coordenações Regionais, de 39 para 47 unidades. Em função da limitação de pontos, a proposta foi reduzida para totalizar 43 Coordenações Regionais.
- Aumento no número de frentes de proteção etnoambiental, que cuidam dos povos isolados e de recente contato, o que foi mantido nas propostas para criar mais 1 frente de proteção. Sendo assim, a estrutura sai de 11 para 12 frentes de proteção.
- Incorporação das bases de proteção como bases avançadas da FUNAI em terras indígenas. Inicialmente, o GT propôs o aumento para 52 bases de proteção, e a FUNAI sugeriu o aumento para 54, o que foi mantido na proposta.
- Aumento do número de Coordenações Técnicas Locais (CTLs), sem contar as responsáveis pelo atendimento nas frentes de proteção de 223 para 227 CTLs. Explicou que 2 das 4 CTLs adicionais foram transformadas em bases avançadas no decorrer da elaboração da proposta.
- Criação de 7 Coordenações de Suporte, dedicadas ao trabalho burocrático de aquisição e gestão de patrimônio, licitações etc. Cada nova Coordenação deverá atender um conjunto de Coordenações Regionais, além das frentes de proteção. De modo que, a partir da nova configuração, as frentes de proteção não dependerão mais das Coordenações Regionais para suprir suas necessidades.
- Aumento da remuneração dos Coordenadores Regionais, para Função 12, e dos chefes das Unidades Locais, para Função 7. Em decorrência da limitação de pontos, a proposta foi alterada para Função 11 e Função 6, respectivamente, mantida a perspectiva de aumento da remuneração, visto que atualmente os cargos são remunerados como Função 10 e Função 5.
- Reformulação da estrutura para atender as ADPFs do Supremo Tribunal Federal.

Destacou que não há mudança substancial entre a proposta apresentada pelo GT e a proposta mais recente apresentada ao MGI. Indicou que foi feito esforço e arranjos para reduzir a pontuação da proposta, sem alterar tanto a estrutura.

Como próximos passos, aguarda-se a análise técnica do MGI acerca do ofício com respostas aos questionamentos do Ministério, enviado pela FUNAI e pelo MPI no dia 07 de maio de 2025. Pontuou a perspectiva de que nos próximos meses haja conclusão da análise, com posterior encaminhamento da minuta de decreto à Casa Civil com a estrutura definida.

Apresentou, ainda, a cadeia de valor com os processos finalísticos de trabalho das diretorias da FUNAI. Neste contexto, foi ampliada a estrutura das diretorias para que estas pudessem atuar de forma mais especializada.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI evidenciou que a pontuação foi proposta e reajustada a partir dos dados do MGI, considerando o limite de 200 pontos adicionais. A proposta também foi ajustada considerando a implementação de determinações judiciais do STF nas ADPFs 709 e 760 para fortalecer a FUNAI como um todo.

WEIBE TAPEBA/SESAI questionou sobre a instituição dos cargos das Coordenações Técnicas Locais, visto que a primeira proposta de reestruturação estabelecia a totalidade de cargos por livre nomeação. Entretanto, houve mudança para que grande parte dos cargos sejam ocupados por servidores (FCE). Questionou, ainda, se o planejamento dos cargos a serem instituídos envolve o concurso ou a organização das próprias Coordenações.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS solicitou esclarecimentos sobre a pontuação final de 1.019 pontos da estrutura, sendo que inicialmente havia sido pleiteada a concessão de 1.500 pontos. Propôs a retomada da deliberação sobre a Resolução em apoio aos 1.500 pontos de estrutura da FUNAI, sugerida na última reunião para votação pelo Plenário.

ELADIO KOKAMA/AMAZONAS relatou o contexto das aldeias com mais de 5.000 habitantes que não possuem CTL na atualidade, sendo necessário o debate sobre a estruturação para apoio às comunidades nesta situação.

TAYSE POTIGUARA/APOINME pontuou importância de considerar a atual estrutura da FUNAI e como será feita a expansão das CTLs, considerando as distâncias geográficas entre as aldeias em estados como o Rio Grande do Norte.

DORINHA PANKARÁ/APOINME sentiu falta de informações sobre financiamento de recursos para estruturação da FUNAI. Destacou demanda do movimento para retomar a Coordenação Regional do estado do Pernambuco.

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO/APOINME questionou como foi feito o levantamento das necessidades para elaborar as propostas de alteração. Reforçou o posicionamento sobre a importância de considerar a localização geográfica para criação das CTLs, questionando se as novas CTLs irão considerar as necessidades geográficas das comunidades.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA relatou a diminuição no número de CTLs no estado do Paraná.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME parabenizou Artur Nobre pelo trabalho desenvolvido na FUNAI. Pontuou a importância de compreensão acerca dos critérios para definição da localidade das novas CTLs, de modo que os representantes possam identificar como serão estabelecidas as novas localidades. Relatou também a dificuldade de acesso ao serviço pelas distâncias geográficas.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA identificou no demonstrativo de dados o aumento de 4 CTLs a serem distribuídas pelo país. Ponderou que havia expectativa quanto à criação das CTLs, especialmente considerando a extinção anterior da CTL do Mato Grosso do Sul. Demonstrou indignação ao MGI pela determinação de redução da proposta da FUNAI sem consulta prévia e sem conhecimento sobre a realidade das comunidades. Sugeriu que fosse convocado representante do MGI para apresentar esclarecimentos. Solicitou que a FUNAI indicasse quais serão os próximos passos e quando poderá ser proposto novo estudo para resolução dos problemas estruturais.

MARIA AUXILIADORA CORDEIRO/REGIÃO AMAZÔNICA apresentou dados relativos ao aumento da população indígena no Brasil, evidenciando que a reestruturação não poderá cumprir com

todo o trabalho necessário para atendimento da população. Destacou que, embora haja esforço da equipe técnica da FUNAI, a reestruturação não será suficiente. Questionou quais seriam as ações possíveis do Pleno do CNPI para que a reestruturação se aproxime, o máximo possível, da realidade dos povos indígenas e para revisão dos limites apresentados à proposta.

MARCOS TUPÃ/SUDESTE perguntou sobre como será feita a convocação dos concursados e qual será a participação dos povos indígenas na organização das CTLs.

SELMO XUCURU KARIRI/APOINME destacou ser importante considerar o crescimento das populações indígenas, conforme dados apresentados por Maria Auxiliadora Cordeiro (Região Amazônica), para a reestruturação da FUNAI e das CTLs. Pontuou que a ampliação de 4 CTLs estaria abaixo do esperado, considerando as manifestações da Plenária. Ressaltou também a necessidade de mão de obra e equipe técnica na base.

GIBA TUXÁ/APOINME relatou distância geográfica entre a CTL e as comunidades na Bahia, atendidas por um único funcionário para atender 8 municípios e 3 aldeias. Questionou quais foram os critérios estabelecidos para a reestruturação.

DINAMAN TUXÁ/APIB retornou a palavra para a FUNAI apresentar os esclarecimentos necessários e as considerações finais.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI evidenciou o contexto histórico de sucateamento que gera empecilhos ao fortalecimento da FUNAI, considerando também a necessidade de integração com os demais entes governamentais. Destacou que se trata de reestruturação organizacional no sentido de promover o fortalecimento da FUNAI e recuperar as perdas institucionais do passado. Pontuou que foram feitas observações pelo MGI e pela Casa Civil à reestruturação proposta, e foi feita consulta ao MPI. Evidenciou necessidade de resolução de conflitos internos para organização das demandas e garantir celeridade e efetividade na atuação da FUNAI. Destacou também ser necessária a reestruturação das capacidades. Considerando a prioridade da demarcação territorial, este seria um critério prioritário no fortalecimento institucional, para garantir a celeridade dos procedimentos demarcatórios. Explicou que os 819 pontos existentes antes do estabelecimento do GT correspondem a funções, e não necessariamente servidores. Por exemplo, para criar uma CR, são necessários no mínimo 6 pontos. Neste sentido, indicou que a distribuição dos pontos foi considerada para definição de ampliação dos números de CTLs e CRs. Mencionou que a questão deverá ser levada ao Presidente. Explicou que não se trata de reestruturação física, visto que para melhorias físicas o orçamento é pleiteado anualmente. Indicou que este contexto também é avaliado na definição da criação de novas coordenações, quando há necessidade de construção de novos edifícios. Por fim, mencionou a dificuldade de quadro na FUNAI, considerando que muitos servidores irão se aposentar ou assumir outros cargos.

ARTUR NOBRE/FUNAI pontuou que, antigamente, o decreto de estruturação previa individualmente cada coordenação regional. A proposta de decreto atual prevê apenas a estrutura geral e os cargos essenciais. Assim, a localização das CRs e das CTLs não irá constar no decreto, a ser estabelecida posteriormente por meio de Portaria da Presidência da FUNAI. Relatou desafios pela ausência de recursos e estrutura, que impactam o funcionamento das 225 CTLs, de modo que diversas CTLs não funcionam no formato ou no local em que deveriam ser instaladas. Por esta razão, estas

dificuldades são consideradas na ampliação das CTLs, juntamente com a necessidade de melhorar o orçamento e recompor o força de trabalho da FUNAI, com o objetivo de que as alterações sejam efetivas. Evidenciou a importância de que a FUNAI cubra todo o território nacional, contemplando também os indígenas que vivem em contexto urbano e rural, fora de terras indígenas, e os imigrantes. Pontuou que a estrutura proposta avança e são esperadas melhorias na oferta dos serviços prestados pela FUNAI aos povos indígenas.

CEIÇA PITAGUARY/MPI destacou que, em diversas reuniões, foi apresentado informe sobre a constituição do GT de reestruturação, sendo que as organizações de base também indicaram seus representantes para compor o grupo. Relatou que, desde a constituição das vagas para o concurso, o MPI realizou interlocução junto ao MGI para pleitear o aumento dos pontos. Sugeriu a elaboração de tabela com três colunas, sendo uma sobre a estrutura atual da FUNAI, outra sobre a FUNAI ideal e uma última sobre o que poderia ser alcançado como proposta intermediária. A partir desta comparação, o CNPI poderá deliberar propostas e estratégias para aumentar a pontuação. Ressaltou que o MPI permanece à postos para realizar interlocução e pleitear as propostas encaminhadas pelo CNPI.

CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA mencionou que todas as questões trazidas pelo Pleno, relacionadas aos desafios orçamentários e regionais, estão documentadas e registradas, e foram consideradas para a reestruturação. Destacou que a maioria dos processos anteriores de reestruturação da FUNAI não aumentaram, mas reduziram os pontos da estrutura organizacional. Apontou os cortes orçamentários que dificultam o pagamento das despesas estruturais fixas da FUNAI. Sobre a distribuição de vagas do concurso, a expectativa é que, em breve, as vagas disponíveis sejam divulgadas para que os candidatos aprovados sejam alocados.

ARTUR NOBRE/FUNAI ressaltou que toda a documentação apresentada foi extraída do processo interno da FUNAI e está disponível para que os Conselheiros acessem a integralidade dos documentos.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI pontuou o fato histórico de que 30% dos 502 novos servidores a serem empossados na FUNAI são indígenas. Reforçou necessidade de o Governo conceder 55 pontos a mais para a reestruturação organizacional, visto que foram pedidos 255 pontos, entretanto, foram concedidos apenas 200 pontos.

CLEBER BUZATTO/CIMI ponderou que a FUNAI ideal seria a proposta inicial apresentada pelo GT, que alcançou uma pontuação diversa após o acordo com o Governo. Sendo assim, a FUNAI pleiteou uma contraproposta, superando os pontos acordados pelo Governo. Sugeriu a elaboração de uma Recomendação do CNPI para que o Governo acolha a contraproposta apresentada pelo GT da FUNAI. Ademais, indicou que a Recomendação poderia pleitear a convocação do cadastro reserva do Concurso Nacional Unificado (CNU) para ampliar o número de novos servidores empossados. Sugeriu que a recomendação fosse inserida na Resolução já em elaboração para apoiar a proposta de reestruturação da FUNAI.

DINAMAN TUXÁ/APIB informou que seria apresentado o tópico da Conferência, e o ponto de pauta relativo ao Acervo do CNPI depende da presença do Ministério da Justiça, de modo que a discussão será feita no segundo dia de reunião.

CONSTITUIÇÃO DO GT DA II CONFERÊNCIA DE POLÍTICA INDIGENISTA

INATHAN TUXÁ/MPI informou que foi formulada a representação de 4 participantes para o GT da II Conferência de Política Indigenista, a ser composto por 2 representantes indigenistas e 4 representantes indígenas. Apresentou como proposta que as bancadas se reúnam e apresentem a indicação dos componentes do GT, a ser deliberada como encaminhamento no segundo dia de reunião.

Brasília, 09 de maio de 2025.

2º Dia de Reunião

Aos nove de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Hotel Cullinan Hplus Premium, situado à SHN Quadra 4, Bloco E, Asa Norte, Brasília – DF, ocorreu o segundo dia da **4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

Foi realizado ritual de abertura conduzido por Giba Tuxá e Celso Xucuru-Kariri.

Abertura pela Ministra Sonia Guajajara (MPI). A Ministra deu as boas-vindas aos presentes e informou que ontem foi iniciada a demarcação física da Terra Indígena do Jaraguá.

Foi realizado minuto de silêncio em memória de Mre Galvão.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI convidou Alessandra Vanessa (AGU/MPI), Lúcia Alberta (FUNAI) e Maíra Pankararu (APIB) para apresentar a pauta sobre Mineração no contexto da Câmara de Conciliação.

MINERAÇÃO NO CONTEXTO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO

ALESSANDRA VANESSA/AGU/MPI recapitulou os objetivos da Ação Direta de Constitucionalidade nº 87 e da Ação Direta de Omissão nº 86, propostas para debater a constitucionalidade da lei do marco temporal e o aproveitamento de recursos econômicos em terras indígenas, respectivamente. Destacou que foi apresentado projeto de lei pela Mesa de Conciliação, que inclui conteúdo extenso relativo à mineração em terras indígenas. Relatou que o MPI se manifestou expressamente contra qualquer tipo de regulamentação da mineração em terras indígenas, e defendeu que a mineração nem deveria ser objeto de deliberação, considerando as consequências graves para os territórios. Caso houvesse qualquer deliberação sobre mineração em terras indígenas, o MPI defendeu que fosse realizada consulta aos povos nos termos da Convenção nº 169/OIT. Neste sentido, a Ministra defendeu que o tema fosse discutido em primeira instância pelo CNPI, antes de qualquer debate e qualquer proposição legislativa. Por esta razão, a AGU compreendeu a posição dos

representantes indígenas e apresentou ao Ministro Gilmar Mendes, que retirou a pauta das discussões da Mesa de Conciliação. Em paralelo, mencionou a existência de ação proposta sobre mineração em terras indígenas, que está sob a relatoria do Min. Flávio Dino. O Ministro Relator afirmou que o debate dependeria da consulta. Informou que atualmente existem 71 projetos de lei no Congresso sobre o tema da mineração e que o Congresso instaurou GT para tratar do tema. Sintetizou que a posição defendida atualmente pelos representantes indígenas é garantir a consulta aos povos indígenas e a deliberação do tema pelo CNPI. Mencionou que alguns dos projetos vinculam a mineração à demarcação territorial. Evidenciou que a Constituição não proíbe a mineração no entorno das terras indígenas, e que dentro das terras indígenas depende de aprovação do Congresso. De modo que é necessário debater também o contexto de mineração ao redor dos territórios. Pontuou, ainda, a existência de decisão do Min. Flávio Dino sobre aproveitamento de recursos hídricos e da compensação financeira aos povos indígenas.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI informou que a FUNAI está participando da Mesa de Conciliação. Pontuou que a pauta da gestão das terras indígenas também está sendo debatida na Mesa. Destacou que todas as atividades de extração de minérios em terras indígenas são ilegais na atualidade. Reforçou que o Congresso institui GT com o objetivo de elaborar projeto de lei para tratar da regulamentação da mineração em terras indígenas, com prazo de 180 dias a contar de abril de 2025, de modo que possivelmente até outubro haverá alguma entrega do GT. Ressaltou que o GT é coordenado pela Senadora Tereza Cristina. Mencionou a manifestação da AGU na ADO nº 86, que defende a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas. Destacou a decisão do Min. Flávio Dino no Mandado de Injunção nº 7.490, proferida em março de 2025, pontuando que a decisão reconhece a omissão legislativa e enfatiza não haver qualquer autorização para qualquer atividade de mineração em terras indígenas. Por fim, sublinhou os impactos da mineração à saúde e à vida das comunidades indígenas, aos territórios, incluindo pelo aumento dos conflitos.

MAÍRA PANKARARU/APIB apontou que, desde o início da ADO, a APIB se manifestou contrariamente à pauta. Destacou que o garimpo é uma indústria que movimenta milhões, contamina e adoce povos e comunidades inteiras, e que as atividades impactam as pessoas e o meio ambiente independente do formato adotado. Neste sentido, a ideia de “mineração industrial” não é menos gravosa do que a mineração tradicional. Outra expressão que surgiu é a “mineração sustentável” no Congresso. Mencionou discussão sobre a regulamentação do art. 225 da Constituição Federal, que não trata especificamente sobre povos indígenas, mas de temas correlatos também abordados pelo movimento. A aprovação deste projeto poderá constituir uma grande perda à proteção do meio ambiente no Brasil. Destacou que a pauta da mineração constitui um grande enfrentamento para os povos indígenas, e o cenário a curto e médio prazo não é favorável, sendo necessário o acompanhamento e a atuação contra a pauta, para que não ocorram novos desastres como Brumadinho e Mariana. Recordou que a Lei do Marco Temporal foi aprovada e está vigente, mesmo com a declaração de inconstitucionalidade da tese do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal, porque a lei ainda não foi declarada inconstitucional. Neste contexto, outras iniciativas relacionadas à mineração e outros temas também podem ser aprovadas. Pontuou a necessidade de adotar posições mais enérgicas e fortes pelo CNPI.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI abriu as inscrições para o debate e informou que a Bancada Indígena apresentou proposta de resolução sobre o tema. Sugeriu que, após o debate, seja feita a votação da Resolução apresentada.

JULEVANIA OLEGÁRIO/MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA esclareceu que toda forma de mineração tem impacto, e que as atividades dos territórios Yanomami são criminosas, porque constituem usurpação dos recursos públicos da União e dano ambiental. Neste contexto, explicou que a mineração no Brasil é possível quando preenchidos alguns requisitos mínimos, como autorização ou concessão pela União por meio da Agência Nacional de Mineração, quando há interesse nacional, Pontuou que a mineração sustentável não é aquela que não produz impactos, mas é percebida em perspectiva ampla e direcionada para diversos fins como, por exemplo, para obtenção de areia para construção de casas de alvenaria, sendo possível a partir de limites, critérios, controle e com autorização estatal. De modo que toda atividade fora destes limites e critérios não é mineração, mas crime ambiental. Pontuou que o Brasil possui grande expertise e potencial mineral.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZÔNICA observou a dificuldade de entendimento da proposta de resolução devido aos termos jurídicos utilizados. Propõe que o CNPI instale grupo de trabalho temporário para se debruçar sobre o tema da mineração, considerando os termos jurídicos e para que seja elaborada posição do Conselho. Sugeriu que sejam convidadas a assessoria jurídica da APIB e da AGU.

ALESSANDRA VANESA/AGU/MPI reforçou a importância da explicação apresentada pelo Ministério de Minas e Energia acerca da diferença entre garimpo ilegal e mineração. Entretanto, ressaltou que existem casos até mesmo de atividades de mineração autorizadas que produziram danos graves às comunidades indígenas.

JOSÉ CASSUPÁ/REGIÃO AMAZÔNICA destacou impactos negativos da mineração dentro dos territórios, relacionados à saúde e à segurança das comunidades. Ponderou que não há qualquer tipo de benefício das atividades para as comunidades indígenas, e que houve omissão do Estado em apoiar o fortalecimento dos territórios, com ações concretas para evitar o avanço de atividades ilegais.

CLEUNICE PANKARARU/MINAS GERAIS trouxe preocupações quanto à mineração de lítio na sua região do Vale do Jequitinhonha. Relatou concentração das maiores minas de lítio do Brasil na região, com a presença de empresas multinacionais desde 2018. Destacou preocupação com os rios da região.

MARCIA GUARANI/RIO DE JANEIRO denunciou o desmatamento em sua Tekoha, que está em processo de demarcação. Informou que a retirada de areia está causando muitas enchentes. Relatou a existência de caça ilegal, retirada de madeira e criação de gado no território, considerando a vizinhança com parque. Solicitou a adoção de providências, e destacou que já houve acompanhamento da FUNAI, IBAMA e ICMBIO, que atestou o desmatamento ilegal no território. Pontuou que os posseiros estão vendendo lotes sem documentação. Relatou que 2 das 3 nascentes do território já secaram, resultando em falta de água no território.

MARIAZINHA BARÉ/AMAZONAS questionou quais seriam os caminhos possíveis do ponto de vista jurídico e político. Relatou que a experiência nos territórios como resultado da mineração não é positiva, independentemente de ser um modelo “sustentável” ou não. Considerou ser necessário posicionamento de mais impacto e mais estratégico.

PAULINO MONTEJO SILVESTRE/APIB avaliou o contexto de tomada das decisões políticas e reforçou a importância de consulta aos povos indígenas sobre o tema.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME destacou que os conceitos criados na pauta da mineração acabam gerando confusões e desvio do sentido real e verdadeiro dos termos. Sugeriu a elaboração de um caderno com orientações sobre os projetos que tramitam no Congresso, com resumo explicativo, possibilitando o acompanhamento da pauta. Relatou exemplo do desastre de Mariana e impacto aos povos indígenas do Rio Doce.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou posição contrária do MPI e da FUNAI sobre a mineração em terras indígenas. Destacou que não há consenso ou posição unificada no governo, sendo necessário debate para impedir a regularização da mineração. Recapitulou a existência dos projetos de lei e a criação do GT instalado no Congresso para regulamentação do tema. Pontuou ser necessário avaliar qual será o encaminhamento para garantir a melhor estratégia de posicionamento da Bancada Indígena e do Conselho. Ponderou que a CT sobre demarcação territorial pode tratar do tema internamente e focalizar as discussões, com apoio da assessoria jurídica caso necessário. Questionou se o Pleno do CNPI prefere aprovar diretamente a proposta de resolução apresentada ou constituir o GT para deliberação e acompanhamento do tema e posterior apresentação ao CNPI. Passou a palavra para Alessandra Vanessa (AGU/MPI) apresentar a minuta da resolução.

ALESSANDRA VANESSA/AGU/MPI fez a leitura da Resolução proposta para aprovação com recomendações para o Congresso Nacional e para o Supremo Tribunal Federal. Destacou como recomendações da Resolução: i) que o Congresso Nacional suspenda imediatamente os trabalhos do GT instituído pela Presidência do Senado e se abstenha de elaborar proposições legislativas que visem regulamentar a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas, sendo garantida a observância do direito à consulta livre, prévia e informada aos povos direta e indiretamente afetados, nos termos da Convenção OIT nº 169; e ii) que o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheça a inexistência de omissão legislativa quanto à regulamentação de pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, previstas no art. 231, §3º da Constituição Federal.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI reforçou questionamento ao Pleno se há preferência pela aprovação da minuta de Resolução apresentada ou pela discussão da proposta em separado, para posterior aprovação.

CLEBER BUZATTO/CIMI postulou que a manifestação política do CNPI é pertinente e necessária para que haja um posicionamento formal do tema, o que não impede outras formas de monitoramento e mobilização para acompanhamento e enfrentamento ao tema de forma permanente e orgânica. Defende a aprovação da Resolução.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA se manifestou pela votação da Resolução.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME mencionou que devem ser criados mecanismos para impedir o avanço do tema para votação no Congresso. Destacou a importância de discutir e aprofundar o tema no âmbito do Pleno do CNPI.

PATRÍCIA MELO/MDA ressaltou urgência de aprovação da Resolução. Sugeriu que o GT sobre mineração seja composto pela CT I e pela CT II.

CEIÇA PITAGUARY/MPI pontuou que a proposta é a criação de um GT para acompanhamento dos projetos de mineração que estão tramitando no Congresso. Considera que a proposta de composição pela CT I e CT II resultaria em um GT muito ampliado, e que deveria ser mais específico.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI sugeriu que sejam escolhidos representantes da CT I e da CT II para composição de grupo menor com atribuição de aprofundar o tema.

INATHAN TUXÁ/MPI postulou como **encaminhamento** a indicação por parte dos coordenadores de todas as CTs de pessoas para compor o GT sobre mineração. Indicou que a Secretaria Executiva deverá encaminhar ofício para formalizar e monitorar a composição do GT, incluindo a participação da APIB e da AGU.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI mencionou que a CT I também propôs o acompanhamento interno dos projetos legislativos, com a realização de debates para conhecimento sobre o tema da mineração, sem prejuízo para o aprofundamento pelo GT.

Leitura da RESOLUÇÃO CNPI No 1, DE 9 DE MAIO DE 2025

ALESSANDRA VANESSA/AGU/MPI solicitou destaque no item 7 da reunião para analisar com cautela as determinações nos termos da decisão do Min. Flávio Dino no âmbito do MI nº 7.490. Caso a nova análise permita identificar que o objeto da decisão não atinge a pauta da mineração, será necessário formular a minuta.

LUIZ FERNANDO KADIWEU/MATO GROSSO DO SUL expressou preocupação sobre as cláusulas da Resolução. Questionou se o Estatuto dos Povos Indígenas também seria objeto de discussão pelo Congresso.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI observou que a decisão do Min. Flávio Dino reconheceu expressamente a omissão legislativa do Congresso Nacional, e identificou que o texto da resolução já contempla este entendimento.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZÔNICA sugeriu que a Resolução não fosse votada caso seja necessário correção do parágrafo 7, para não invalidar o texto final.

ALESSANDRA VANESSA/AGU/MPI esclareceu que seria necessário analisar os termos corretos e exatos da decisão do Min. Flávio Dino para não impulsionar posicionamentos que favoreçam a elaboração de proposições legislativas sobre o tema. A revisão do texto da Resolução tem por objetivo apenas alterar a técnica de escrita, e não o conteúdo.

INATHAN TUXÁ/MPI declarou iniciada a votação e ressaltou que apenas os Conselheiros titulares são aptos a votar.

RESOLUÇÃO APROVADA.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI reforçou necessidade de alteração do texto para que conste aprovação pelo Pleno, e não em nome da Presidência do CNPI.

INATHAN TUXÁ/MPI informou que será promovida a alteração nos documentos.

MINISTRA SONIA GUAJARA/MPI informou a alteração no cronograma da tarde, para contemplar a apresentação da FUNAI sobre regularização fundiária ainda no período da manhã.

INATHAN TUXÁ/MPI observou a importância do retorno da Bancada de Governo no período da tarde, para que não haja esvaziamento do Plenário. Convidou Janete Carvalho (FUNAI) para realizar apresentação sobre a regularização fundiária de terras indígenas.

APRESENTAÇÃO DA FUNAI SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS

JANETE CARVALHO/FUNAI pontuou que a apresentação tem por objetivo evidenciar o cenário e as questões que condicionam os processos de regularização fundiária de terras indígenas, como a Lei nº 14.701. Indicou que apresentaria dados sobre o tema e sobre os processos de demarcação e destacou o impacto da Lei nº 14.701, que traz novos procedimentos para a demarcação de terras ou condiciona impedimentos aos processos de demarcação. Ressaltou que a FUNAI ainda possui passivo de processos de demarcação elevado, seja por estrutura, falta de servidores, ou determinações do governo passado. Recapitulou os avanços concretizados desde 2023. Por exemplo, em 2023 havia 14 terras aguardando a homologação e, desde então, 13 já foram homologadas. Foram encaminhadas mais de 28 terras para o Ministério da Justiça e Segurança Pública emissão de portaria declaratória. Destacou que, até o ano passado, o Ministério da Justiça emitiu 11 portarias declaratórias, considerado um grande avanço, visto que havia mais de 7 anos não haviam sido publicadas novas portarias. Em termos de delimitação, a FUNAI delimitou 3 terras indígenas em 2023. Relatou que, após estas delimitações iniciais, foi iniciada uma série de ataques legislativos e judiciais para paralisar as delimitações. Ademais, pontuou que existem mais de 153 grupos técnicos em campo, alguns iniciados há mais de 10 anos, e pelo menos 20 novos grupos técnicos estabelecidos sob a Presidência de Joênia Wapichana. Relatou que existe programação para prosseguir com os estudos, embora existam mais de 590 reivindicações de regularização fundiária. Sobre as terras da Bahia, em contexto de violência persistente contra os povos indígenas, destacou que existem 3 terras indígenas aguardando a portaria declaratória. Ressaltou o esforço e o compromisso das equipes técnicas para finalizar as contestações pendentes nos processos. Informou que os compromissos acordados com as lideranças foram cumpridos e as respostas às contestações foram encaminhadas à Procuradoria Jurídica para avaliação. Após a aprovação pela Procuradoria, a resposta será encaminhada ao Ministério da Justiça. Sendo assim, pontuou que está sendo cumprido o cronograma programado para finalizar as análises dos processos pendentes por contestação. Em relação à etapa de demarcação física, relatou que atualmente existem 58 terras indígenas aguardando demarcação física, sendo que havia mais de 70 terras aguardando demarcação no início da gestão da Presidente Joenia Wapichana. Apresentou informes das equipes em campo que estão realizando a demarcação em diferentes territórios. Relatou programação

ao longo do ano para demarcação de novos territórios em diversas regiões. Apontou impedimentos para a demarcação física em alguns territórios pela imposição da Lei nº 14.701. Observou dispositivo da Lei que determina a notificação com antecedência dos habitantes não indígenas acerca do início dos estudos e da demarcação, sendo que, após a notificação, a equipe da FUNAI não poderá ser impedida de ingressar no território. No entanto, mencionou que este dispositivo ainda vem sendo majoritariamente descumprido pelos habitantes, impedindo o acesso da FUNAI às comunidades. Relatou levante jurídico para impedir os trabalhos da equipe de campo após a notificação. Pontuou expectativa de realizar piloto de apresentação de panorama geral para discussão das demarcações por Estado. Relatou que foram realizados acordos de cooperação com organizações externas para suprir a lacuna de servidores e necessidade de estudos fundiários. Citou a existência de acordos com a Finatec, a *Amazon Conservantion*, o Reino Unido, e com universidades brasileiras para finalizar processos de regularização fundiária em cada Estado. Indicou o mapeamento de processos de demarcação elencados como prioridade para delimitação no 1º semestre, se possível, relativos a áreas no Amazonas, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Mato Grosso do Sul e no Acre. Mencionou os levantamentos fundiários em andamento. Por fim, ressaltou que foram recompostos 9 GTs anteriormente inativos, e que existem 11 terras aguardando a emissão de portaria declaratória, após a resposta apresentada às contestações. Também existem 3 terras indígenas com suspensão judicial, impedindo a conclusão da demarcação.

DINAMAN TUXÁ/APIB solicitou que Janete disponibilizasse as informações apresentadas aos Conselheiros. Aberta a lista de inscrições para debate do Plenário.

CLEBER BUZATTO/CIMI agradeceu a apresentação das informações e parabenizou o trabalho da FUNAI. Reforçou o pedido de disponibilização das informações sistematizadas. Solicitou esclarecimentos quanto aos impedimentos ao trabalho da FUNAI, e qual seria a natureza destes impedimentos. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a Mesa de Conciliação no que diz respeito à temática de demarcação das terras indígenas. Questionou se haveria eventuais riscos mais graves resultantes da Câmara de Conciliação para a demarcação de terras indígenas, para além do conteúdo da Lei nº 14.701.

CAL POTIGUARA/APOINME relatou que a Terra Indígena Potiguar de Monte-Mor foi homologada em 04 de dezembro de 2024, entretanto ainda não foi feito o registro cartorário. Pontuou que a homologação trouxe preocupação com as casas alugadas por terceiros no território, construídas há muito tempo, nas quais residem indígenas. Solicitou a verificação da viabilidade de agilizar o processo de registro de cartorário e conclusão do processo demarcatório.

TAYSE POTIGUARA/APOINME questionou a publicação de território no Rio Grande do Norte e a previsão de criação de 3 GTs adicionais em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

EDNALDO TABAJARA/APOINME questionou qual o empecilho para que se avance na regularização das terras.

JOCELINO TUPINKIM/APOINME parabenizou a FUNAI pelo trabalho apresentado. Questionou qual seria o papel das organizações indígenas e do CNPI para pleitear a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.701.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME solicitou que fosse informado quando haverá visita da FUNAI ao estado da Bahia para que seja garantida a mobilização dos parentes pelo território.

SÉRGIO TERENA/CONSELHO TERENA reconheceu o trabalho realizado pela FUNAI para homologar as 11 terras indígenas, visto que no governo anterior não houve terras homologadas. Questionou qual o empecilho e quais alternativas poderiam ser viabilizadas por meio do CNPI para avançar na demarcação de terras no Mato Grosso do Sul.

MARCOS TUPÃ/SUDESTE questionou sobre GTs que não foram concluídos e precisam ser retomados, bem como sobre a necessidade de encaminhamento para superar os empecilhos políticos à demarcação dos territórios.

LUIZ FERNANDO KATIWEU/MATO GROSSO DO SUL registrou dificuldades nos processos de demarcação e desintrusão do Mato Grosso do Sul.

CELSO XUCURU-KARIRI/ALAGOAS relatou a diminuição do território homologado e as violências vivenciadas pelo povo Xucuru-Kariri, também em áreas urbanas.

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO pontuou a importância de participação da Bancada de Governo nesta pauta. Solicitou que, quando for pautada novamente a discussão sobre a demarcação, seja disponibilizado e priorizado mais tempo para debate e aprofundamento da pauta. Questionou o FUNAI quanto à situação da demarcação do território Kariri-Xocó no Vale São Francisco.

MARCIA GUARANI/RIO DE JANEIRO destacou a existência de 8 aldeias em crescimento no estado do Rio de Janeiro que aguardam demarcação. Relatou violência, racismo e abandono de políticas públicas em relação às comunidades do Rio de Janeiro.

DINAMAN TUXÁ/APIB questionou a avaliação da FUNAI sobre os impactos dos acordos recentes para indenização de comunidades indígenas e sobre a nova versão do Decreto nº 1.775. Passou à palavra à FUNAI para responder aos questionamentos do Plenário.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI reforçou o compromisso da FUNAI com os direitos indígenas. FUNAI não está na Mesa de Conciliação para realizar acordos, mas para defender e resguardar a demarcação das terras indígenas, sendo este o posicionamento firme direcionado à Procuradoria Jurídica. Destacou importância de colaboração dos demais órgãos de Governo e Ministérios para avanço dos processos de demarcação.

JANETE CARVALHO/FUNAI respondeu aos questionamentos apresentados pelo Plenário. Pontuou que os impedimentos para o avanço dos processos de demarcação se encontram na Lei nº 14.701, visto que a vigência da nova lei gera insegurança jurídica e exige a revisão dos processos em andamento para adequação e fundamentação técnica, especialmente aqueles em fase de identificação e delimitação. Destacou o esforço da FUNAI em utilizar critérios técnicos para evitar que os processos sejam anulados, considerando as exigências e determinações da nova lei. Ademais, observou que subsistem impedimentos estruturais e financeiros no âmbito da FUNAI para avanço dos processos. Relatou dificuldade de registro da Terra Indígena Potiguar de Monte-Mor depende do Cartório.

Mencionou que alguns Cartórios são resistentes a registrar as terras indígenas e destacou a existência de orientação do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. Apresentou atualizações breves sobre os estados e territórios suscitados pelo Conselheiros em suas manifestações. Reforçou esforço da FUNAI para construir proposições técnicas na Câmara de Conciliação que garantam a defesa das terras indígenas e a continuidade dos processos demarcatórios, apesar dos empecilhos jurídicos. Informou que as informações serão repassadas à Secretaria Executiva do CNPI.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sugeriu que os demais questionamentos específicos apresentados pelos Conselheiros sobre seus territórios fossem direcionados à FUNAI em paralelo.

Às quinze horas, retomada a 4ª Reunião Ordinária do CNPI.

Abertura da parte da tarde da Reunião por Ceíça Pitaguary (MPI).

A mesa foi composta por Ministra Sonia Guajajara (MPI), Ministra Margareth Menezes (MinC), Eliel Benites (MPI), Dinaman Tuxá (APIB), Márcia Rollemberg (MinC) e Joenia Wapichana (FUNAI).

ASSINATURA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES MPI/MINC

CEIÇA PITAGUARY/MPI apresentou a pauta, destacando a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura e o Ministério dos Povos Indígenas, que tem como objetivo a implementação de ações intersetoriais para a concepção de políticas públicas voltadas para as populações indígenas, por intermédio de programas, projetos e ações conjuntas dos partícipes, por meio de acordo de cooperação técnica, que inclua como uma das ações a criação do Plano Nacional de Cultural Indígena, considerando os direitos constitucionais legais, bem como a contribuição para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pela Agenda 2030.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI cumprimentou a todos e aos presentes na mesa. Ressaltou a importância da assinatura do Protocolo de Intenções, enquanto aliança estratégia entre as duas pastas, comprometidas com a diversidade, a justiça social e os direitos fundamentais da população indígena. Pontuou que a cultura indígena é viva, não sendo apenas expressão, mas existência. Destacou ser papel do Estado brasileiro reconhecer essa importância, de modo que o protocolo assinado é um compromisso com as expressões culturais indígena. Mencionou que a assinatura do protocolo constitui passo concreto para elaboração do Plano Nacional de Cultural Indígena, uma demanda histórica dos povos e um instrumento fundamental para garantir que as políticas públicas cheguem nos territórios com participação social, com respeito à diversidade e com a força da identidade de cada povo. Ressaltou que o Protocolo reforça o dever de consulta aos povos indígenas.

ELIEL BENITES/MPI ponderou ser momento muito significativo para fortalecimento e implementação dos direitos culturais dos povos indígenas, constitucionalmente garantidos. Destacou que a questão cultural é pauta central para os povos indígenas, por meio da qual se protege a cosmologia, a língua, e as expressões culturais dos territórios e biomas.

MÁRCIA ROLLEMBERG/MINISTÉRIO DA CULTURA apontou que este protocolo materializa o compromisso já existente entre os Ministérios. Mencionou que os direitos culturais são recentes e abarcam direitos humanos, em especial o direito ao território. Demonstrou a importância de que o debate seja apropriado no campo dos direitos humanos, e que haja avanços por meio de marcos institucionais como, por exemplo, o marco do patrimônio intelectual dos conhecimentos tradicionais com relação à cultura. Mencionou que 10% dos recursos disponibilizados à Política Nacional Aldir Blanc é destinado à pauta indígena. Pontuou o fortalecimento do campo da memória e da visibilidade das culturais indígenas a partir da atuação do IPHAN e do IBRAM. Mencionou que está sendo realizado mapeamento das políticas de cultura a nível nacional. Informou que, dos 590 agentes de cultura em formação, 45 são indígenas. Relatou a criação do Plano Nacional de Cultura Indígena e a instalação imediata de GT será o passo inicial, com a contratação de consultorias para desenvolvimento das atividades. Informou que estão sendo modelados editais de bolsas para mestres que incluem os detentores de conhecimentos tradicionais indígenas. Mencionou que a pauta indígena na cultura também está sendo destacada a nível internacional no Mercosul. Ponderou que a assinatura do protocolo é uma “marcação de território” e fortalece o reconhecimento da cosmovisão indígena na pauta cultural. Presenteou a Ministra Sonia Guajajara com o manifesto IberCultura Viva, ressaltando que o grupo está aberto à participação indígena.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI cumprimentou aos presentes na mesa e às autoridades. Ressaltou a importância de se pensar políticas culturais para povos indígenas, de apoio para a realização de atividades culturais. Destacou a importância da repatriação de bens culturais, inserida no contexto de fortalecimento da cultura, sendo que a proteção dos acervos é a proteção da história dos povos indígenas. Parabenizou ao MPI e ao MinC pela parceria.

DINAMAN TUXÁ/APIB mencionou que a luta dos povos indígenas pela cultura é constante e envolve o reconhecimento de seus territórios, de suas identidades e de sua existência. Parabenizou a iniciativa do Governo Federal e dos Ministérios para fortalecimento da política cultural dos povos indígenas.

MINISTRA MARGARETH MENEZES/MINC saudou aos presentes e ao Pleno do CNPI. Pontuou o compromisso de resgate e renascimento do Ministério da Cultura, destacando políticas-fruto do esforço de reestruturação do Ministério. Citou como exemplo a Lei Paulo Gustavo. Relatou as iniciativas para conectar as Secretarias Municipais e Estaduais e implementar o fomento da Política Paulo Gustavo, resultando na formação de redes. No mesmo sentido, está sendo realizada a Política Nacional Aldir Blanc. Ponderou ser questão de honra para o Ministério concretizar as políticas para os povos indígenas. Destacou políticas em andamento, sendo estas: i) o Fórum Nacional de Cultura Indígena; e ii) o Encontro de Escritores Indígenas, coordenado pelo escritor Daniel Munduruku. Por fim, mencionou que o Ministério da Cultura está completando 40 anos, e considerou que se inicia um novo tempo para o setor cultural brasileiro.

Protocolo de Intenções assinado.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI comunicou à Ministra Margareth Menezes (MinC) da Resolução, proposta pela Bancada Indígena, que será votada no Pleno para criação de Secretaria de Cultura Indígena no Ministério da Cultura.

MINISTRA MARGARETH MENEZES/MINC ressaltou que a criação da Secretaria depende da arquitetura de governo, entretanto, serão dados os passos necessários para construção da representação indígena no Ministério.

Foto oficial com a Bancada Indígena e o Pleno do CNPI.

COTAS INDÍGENAS NO TSE

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI informou que a minuta da Resolução ainda não está pronta e será encaminhada aos Conselheiros após a conclusão da redação. Pontuou que poderia ser realizada reunião virtual para deliberar sobre a Resolução. Em resumo, relatou que a Deputada Célia Xakriabá apresentou consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para inclusão e acesso dos povos indígenas ao fundo eleitoral e ao tempo disponibilizado para propaganda eleitoral. A consulta foi aprovada pelo TSE no ano retrasado, o que foi celebrado devido aos desafios para os candidatos indígenas. Entretanto, não foi possível efetivar as novas alterações para as eleições municipais de 2024, pois ainda seria necessário definir os critérios de acesso ao fundo eleitoral. Neste contexto, destacou a necessidade de aprofundar debates sobre quais devem ser os critérios para identificação indígena, visto que atualmente o critério de acesso é a autodeclaração, para que sejam apresentadas contribuições ao TSE sobre os critérios de acesso ao fundo eleitoral e ao tempo de propaganda eleitoral para indígenas. Orientou que os Conselheiros leiam a minuta e avaliem, para que o tema seja deliberado na próxima reunião, considerando o prazo para apresentação da Resolução ao TSE para consolidação da proposta antes das próximas eleições.

LINDOMAR XOCÓ/NORDESTE-LESTE relatou os desafios para consolidação das candidaturas indígenas e aproximação com a política.

BRASÍLIO PRIPÁ/XOKLENG/SANTA CATARINA reforçou a importância dos critérios para identificação indígena.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME ponderou ser necessário elaborar documentos orientadores para identificação e reconhecimento de indígenas aldeados. Afirmou que a legitimidade do direito é reconhecida pelo povo e pela comunidade, de modo que não haja usurpação.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI relatou as limitações do tempo para propaganda eleitoral que já é reduzido a depender do partido. Sugeriu que fossem incluídas salvaguardas para participação indígena, especialmente no que tange ao fundo partidário. Destacou também a importância de garantias do fundo eleitoral para as mulheres indígenas candidatas.

EDNALDO TABAJARA/APOINME pontuou a preocupação com o fortalecimento dos partidos e das lideranças. Pontuou os desafios resultantes da inserção de partidos em aldeias e quilombos. Questiona como fortalecer as lideranças

DINAMAN TUXÁ/APIB destacou sensibilidade do debate sobre os indígenas autodeclarados. A expectativa é que as propostas potencializem as candidaturas indígenas, com vistas a aumentar a representatividades. Reitera o pedido aos Conselheiros de que seja feita análise minuciosa da proposta de Resolução, e sugeriu o agendamento de reunião extraordinária para discussão adequada da proposta e consequentemente encaminhamentos ao TSE com a antecedência eleitoral necessária.

WEIBE TAPEBA/SESAI apontou objetivo de impedir que as candidaturas indígenas sejam utilizadas para eleição de terceiros em analogia “oligárquica”. Mencionou que poucos partidos têm estrutura interna prevista em seu Estatuto para representação indígena. Destacou necessidade de financiamento para candidaturas indígenas e de garantia da representação indígena nos diretórios partidários. Reforçou a necessidade de confrontar o uso indevido dos recursos destinados às candidaturas indígenas. Sugeriu possibilidade de ser instituída comissão para debater o tema da autodeclaração, inclusive com perspectiva de consulta pública, para aprofundar as discussões.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI avaliou que as manifestações do Plenário tiveram como foco temas relativos à educação e ao processo eleitoral. Ponderou que a CT II (Autodeterminação, direito à consulta e participação social) e CT VI (Direitos humanos, culturais e econômicos) são aptas a absorver o tema, sem necessidade de criar outro GT para deliberações.

JOCELINO TUPINKIM/APOINME destacou necessidade extrema de mobilização para eleição de candidaturas indígenas no Congresso Nacional.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI ressaltou a necessidade do Conselho se debruçar sobre os temas de forma prévia, com antecedência à reunião do Plenário. Pontuou que existe acúmulo sobre o tema e poderiam ser realizadas diversas atividades para deliberação. Evidenciou que as CTs possuem toda a liberdade interna para discussão dos temas, convidar especialistas e organizar as pautas.

CONSELHEIRA REPRESENTANTE DA CT II (NÃO IDENTIFICADA) informou que a realização de seminário sobre a autodeterminação, direito à consulta e participação social já está prevista no Plano de Trabalho da CT II. Mencionou que este tema também será debatido de forma coletiva.

MINSITRA SONIA GUAJAJARA/MPI determinou o encaminhamento do tema pela CT II. Afirmou que seria necessário estipular prazo para devolutiva, determinando que a CT II poderá propor, junto à Secretaria Executiva, data para reunião de apresentação da devolutiva. Destacou urgência considerando o prazo do TSE para as eleições de 2026. Convidou Ceíça Pitaguary (MPI) e Francisco Filippo (MPI) para apresentar os informes sobre a COP30.

COP30: INFORMAÇÕES GERAIS

CEIÇA PITAGUARY/MPI pontuou que foi solicitado no primeiro dia de reunião a indicação sobre os eventos planejados para a pré-COP, de modo a garantir a participação dos membros do CNPI.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI afirmou que a participação dos membros do CNPI já está contemplada no processo preparatório para a COP, em cada um dos Estados.

CEIÇA PITAGUARY/MPI recapitulou que a proposta de realizar a pré-COP surgiu na COP de Dubai, que contou com grande representatividade indígena brasileira, e tem por objetivo garantir a preparação e formação dos povos para participar do evento. Os eventos preparativos são chamados de “Ciclo COParente”. Apontou os desafios da COP30, considerando o contexto das mudanças climáticas e das mudanças na geopolítica e na governança global. Indicou como objetivos desta COP30: i) o enfrentamento ao negacionismo, para celebração de acordos robustos que permitam avançar a pauta climática e articular proteção à biodiversidade e aos direitos humanos, e que mostrem saídas para um mundo de emergências; ii) uma COP de implementação que traga resultados concretos e executáveis; iii) uma COP da Floresta: mostrar ao mundo os desafios reais da proteção do bioma Amazônico e dos povos que nele habitam, dando um rosto indígena e amazônico à COP e que traga reais legados; e iv) uma COP das pessoas e da democracia: Belém tem várias dificuldades, não foi pensada ou estruturada para sediar grandes eventos, porém, é uma das principais capitais amazônicas e quer acolher todas e todos que possam estar neste debate. Neste contexto, nasceu a proposta do Ciclo COParente, o qual, por sua vez, tem como objetivos: i) debater sobre a importância da COP, dos acordos climáticos e da contribuição indígena; ii) discutir a respeito dos espaços de participação, e orientar sobre os potenciais e limites de cada um; iii) apoiar e orientar a organização indígena; iv) iniciar o debate sobre a distribuição das credenciais indígenas para a COP30; e v) apresentação do trabalho dos alunos do Kuntari Katu, curso liderado pelo MPI, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

FRANCISCO FILIPPO/MPI apresentou as diferenças entre as “zonas” da COP. Destacou que esta será a COP com maior participação indígena na zona azul, onde acontecem os principais eventos. Informou que existe expectativa de diversas atividades indígenas na zona verde, incluindo o Pavilhão Indígena. Ressaltou a importância de organização para que o movimento participe e atue em diversos espaços.

CEIÇA PITAGUARY/MPI indicou as datas pactuadas para o Ciclo COParente, iniciado em Belém em abril de 2025. Na sequência, foi realizada a etapa da Região Sul no início maio de 2025, com a ARPINSUL. Estão previstas as datas do Ciclo COParente para as demais regiões e Estados do Brasil ao longo dos meses de maio a setembro de 2025, contando com a participação das organizações regionais.

FRANCISCO FILIPPO/MPI evidenciou os temas definidos para os Ciclos dos Povos. Indicou que foram montadas duas comissões: a Comissão Indígena e a Comissão de Povos de Comunidades Tradicionais. Pontuou que o objetivo é fomentar o diálogo e criar espaço para apresentação de demandas pelas representações indígenas. Já foram realizadas algumas reuniões ao longo das últimas semanas, incluindo no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas em Nova Iorque.

CEIÇA PITAGUARY/MPI destacou a formação dos jovens indígenas no Curso Kuntari Katu, em preparação para a incidência na COP. Citou como atividades do grupo a realização de viagem internacional à Alemanha em preparação às discussões da COP, bem como a preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

FRANCISCO FILIPPO/MPI mencionou o objetivo de deixar grandes legados na COP30, especialmente no que tange ao financiamento aos povos indígenas. Apresentou contexto geral do

financiamento internacional e a necessidade de aumento do financiamento às comunidades indígenas, com destaque para o financiamento direto. Apresentou como exemplo o Fundo Florestas para Sempre e o *pledge* de apoio à proteção territorial dos povos indígenas, que são ações multilaterais para financiamento indígena.

CEIÇA PITAGUARY/MPI mencionou a construção de parcerias para construir fundo de apoio à PNGATI. Apresentou a logística na COP e os projetos de adaptação, citando a importância de preparação do movimento para ocupar os diversos espaços do evento. Relatou que foi elaborada Carta durante o Ciclo COParente em Florianópolis, oportunidade na qual os participantes elencaram prioridades com o perfil do representante a ser escolhido para participar da COP.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI mencionou que os participantes do curso Kuntari Katu estão se preparando para participar das salas de negociação e sobre os temas a serem negociados. Esclareceu sobre como será o credenciamento dos participantes e como será a divisão entre as zonas azul, verde e o espaço da Cúpula dos Povos. Afirmou que a zona verde é o espaço onde todos podem participar, independente do credenciamento. Já a zona azul é o espaço onde apenas os representantes devidamente credenciados poderão participar. Destacou a importância de os participantes interessados em participarem da zona azul emitirem passaporte, porque se trata de exigência da ONU para cadastro no evento. Explicou que existe fluxo para credenciamento junto às organizações, o que está sendo apresentado nos eventos da pré-COP. Pontuou que o credenciamento na zona azul não significa participação nas salas de negociação.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI parabenizou ao MPI pela organização dos eventos preparatórios. Reforçou a necessidade de compreender a diferença entre as zonas da COP. Apontou que as atividades da zona azul são organizadas pela ONU, então seguem as regras da ONU, por isto a importância de conhecimento sobre estas regras e sobre como deve ser a preparação. A zona verde, por sua vez, é mais acessível por ter regras elaboradas pelo Governo brasileiro. Informou que serão promovidos *podcasts*, transmissões ao vivo e aulas online para discussão dos temas e conceitos da COP.

WURIU MANCHINERI/REGIÃO AMAZÔNICA comunicou que o preço de emissão do passaporte irá aumentar, orientando aos parentes que agendem a emissão do passaporte antes da alteração do valor. Parabenizou o MPI pelo esforço em garantir a maior participação indígena no espaço da COP. Perguntou se haverá facilitação de presença e apoio logístico para a participação dos parentes nas etapas regionais da COParente.

RUTH RIBEIRO/ARPINSUL relatou sua experiência positiva no curso Kuntari Katu e na etapa regional da COParente. Ressaltou a importância de comunicação com os cursistas do Kuntari Katu para repassar os conhecimentos aprendidos no curso para contribuir com as negociações, como aconteceu na COP de Cali, Colômbia, onde as contribuições do movimento indígena foram acolhidas. Celebrou a concessão de bolsas do Instituto Rio Branco para preparação de candidatos indígenas ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI recapitulou a proposta da CT II em avaliar a possibilidade dos membros do CNPI serem credenciados para a zona azul. Reforçou a importância de participação dos parentes nos chamados “cursinhos” sobre os temas da COP, a serem divulgados nas redes do CNPI.

JOCELINO TUPINKIM/APOINME questionou qual a possibilidade de o CNPI garantir a participação do Conselheiro na COParente, independente da indicação pela organização regional.

CEIÇA PITAGUARY/MPI destacou que está garantida a participação dos membros do CNPI na COParente, independente do convite da organização regional.

JECINALDO SATERÉ/MPI evidenciou que a organização das etapas regionais são sempre articuladas com a FUNAI em contato com o movimento de base. Destacou disponibilidade da Ministra Sonia Guajajara (MPI) e da FUNAI em participarem de todas as etapas da COParente. Explicou que a Assessoria de Participação Social realiza a interface entre a Assessoria Internacional e a Secretaria Ceíça Pitaguary, e permanece à disposição para esclarecimentos.

CONSTITUIÇÃO DO GT DA II CONFERÊNCIA DE POLÍTICA INDIGENISTA

INATHAN TUXÁ/MPI retomou a pauta de constituição do GT da II Conferência de Política Indigenista e solicitou que as bancadas apresentassem os representantes escolhidos. Pela Bancada Indigenista, foram indicados como representantes: Jurema Machado (ANAI) e Gustavo Peixoto (Indigenistas Associados). Pela Bancada Indígena, foram indicados representantes: Carla Jarraira (COIAB), Tayse Potiguara (APOINME), Wuriu Manchineri (Região Amazônica) e Ednaldo Tabajara (APOINME).

Aprovada a composição do GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista.

ACERVO DO MPI (COMISSÃO E CONSELHO)

JECINALDO SATERÉ/MPI observou que ficou pendente o ponto de pauta referente à localização atual do Acervo do CNPI. Relatou que o Acervo estava sob guarda do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e haveria sido posteriormente encaminhado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Foi encaminhado ofício ao MDHC para localizar a documentação, entretanto, o Ministério informou que não havia encontrado qualquer documentação sobre o CNPI. Sendo assim, o CNPI não possui o registro histórico anterior à reinstalação em 2024.

INATHAN TUXÁ/MPI complementou a contextualização e indicou que a discussão não foi realizada pela ausência do Conselheiro do MJ. Destacou que a documentação foi dispersa no governo anterior, sendo necessário consultar o histórico para verificar onde o Acervo se encontra.

MAÍSA ALVES/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA informou que o Conselheiro Titular não pôde vir e que a Conselheira Suplente saiu recentemente do Ministério, de modo que está participando como representante não oficial.

INATHAN TUXÁ/MPI destacou que não se trata de erro do governo atual, mas ocorreu extravio da documentação no governo anterior. Ponderou ser necessário encaminhar como poderá ser investigada a localização atual do acervo.

JECINALDO SATERÉ/MPI pontuou que a gestão do MDHC no governo anterior estava sob responsabilidade de Damares Alves.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME sugeriu a criação de grupo para conduzir o levantamento, convidando os parentes que já integraram o CNPI no passado para compor o grupo.

DINAMAN TUXÁ/APIB prezando pelos princípios da publicidade, da legalidade e da eficiência, considerou que deve ser solicitado posicionamento oficial do Ministério da Justiça, juntamente com a documentação comprobatória e registro do envio pelo referido ministério. Sugeriu que fosse encaminhado ofício ao MJSP para manifestação formal. Afirmou que seria válido também encaminhar ofício à FUNAI para verificação. Por fim, mencionou que poderia ser oficiado o Arquivo Nacional, onde também poderia ter sido armazenada a documentação do CNPI.

CEIÇA PITAGUARY/MPI pontuou que o ofício somente deveria ser encaminhado à FUNAI e ao Arquivo Nacional após a apresentação de resposta pelo MJSP.

INATHAN TUXÁ/MPI esclareceu que o último ofício foi encaminhado ao antigo Secretário Executivo do MJSP. Entretanto, na gestão do atual Ministro da Justiça e da Segurança Pública, ainda não foi encaminhado ofício para solicitar informações sobre o acervo.

MAÍSA ALVES/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA afirmou que é de maior interesse do Ministério para localizar a documentação. Solicitou cópia do ofício antigo para realizar levantamento no SEI. Esclareceu que não existe amplo domínio sobre os acontecimentos do passado, contudo, se o registro foi feito no formato eletrônico, deve haver rastreabilidade sobre a movimentação do acervo.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI relatou que foi acordada agenda para sistematizar a documentação da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Indicou que, a partir de 2019, muitos arquivos não foram digitalizados, sendo que muitos ainda estão em processo de digitalização em sistema anterior da FUNAI. Sugeriu que Jecinaldo Sateré e Inathan Tuxá também participem do processo de sistematização da documentação, considerando a organização da II Conferência Nacional de Política Indigenista.

JECINALDO SATERÉ/MPI informou que existe consultoria pela GIZ para organizar a documentação do CNPI e para sistematização da memória. Relatou que existe dificuldade de sistematização pela ausência de documentos do Acervo.

DINAMAN TUXÁ/APIB sugeriu que fosse encaminhado ofício para o MJSP, reiterando o ofício encaminhado, e para a FUNAI, solicitando os arquivos relativos à conferência. Na sequência, após resposta aos ofícios, poderá ser encaminhado ofício ao Arquivo Nacional.

CEIÇA PITAGUARY/MPI destacou que o ofício reiterado ao MJSP deveria ser encaminhado também para a representante presente.

JULIANA/MINISTÉRIO DO TURISMO sugeriu a verificação junto ao *server* que realiza a gestão do SEI, com vistas a localizar onde ficou armazenada a caixa do SEI.

Aprovada a proposta de encaminhamento.

DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Leitura da Resolução CNPI nº 02, de 09 de maio de 2025, que recomenda à União, por meio do Ministério da Cultura, que elabore o Plano Nacional de Culturas Indígenas, bem como políticas de acesso aos recursos financeiros, não se limitando apenas aos editais públicos, contemplando outras fontes de financiamento direto.

INATHAN TUXÁ/MPI realizou a leitura do texto da Resolução.

RESOLUÇÃO APROVADA.

Leitura da Resolução CNPI nº 03, de 09 de maio de 2025, que recomenda ao Governo Federal a aprovação integral do Relatório Final do Grupo de Trabalho de Reestruturação da FUNAI, criado pela Portaria 886/FUNAI, de 16/02/2024.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS realizou a leitura do texto da Resolução.

Foram feitas complementações ao texto da proposta.

TAYSE POTIGUARA/APOINME registrou que não houve apresentação na íntegra dos resultados dos trabalhos do GT. Pontuou que houve apresentação breve dos dados pelo GT, entretanto, não foram apresentados os critérios para elaborações dos trabalhos. Sendo assim, a Conselheira manifestou que não votaria a favor da proposta por não conhecer a integralidade do conteúdo.

INATHAN TUXÁ/MPI pontuou que, de fato, a Resolução não foi apreciada previamente pela Bancada Indígena. Sugeriu que a proposta de Resolução seja apresentada para a Bancada Indígena para que todos possam firmar seu posicionamento.

DINAMAN TUXÁ/MPI observou que não foi possível realizar discussão sobre a Resolução diante das outras demandas da pauta. Evidenciou que o problema não está na Resolução, pois é necessário primeiro compreender o processo de reestruturação da FUNAI. Sugeriu que fosse convocada reunião extraordinária para adequada deliberação da proposta.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI também apontou a responsabilidade da CT II em compartilhar os materiais apresentados para a Bancada Indígena. Mencionou que a apresentação do resultado das atividades do GT de reestruturação foi cumprida no âmbito da CT, entretanto, isto não foi registrado no relatório.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI informou que irá postar novamente os materiais no grupo do CNPI, incluindo o relatório e resultado final das atividades do GT.

CLEBER BUZATTO/CIMI destacou que não está participando de nenhum grupo geral do CNPI e solicitou sua inclusão.

INATHAN TUXÁ/MPI informou que existe grupo criado entre a Bancada Indígena e o MPI. Destacou que será criado grupo geral para incluir todas as CTs e bancadas.

JECINALDO SATERÉ/MPI esclareceu que existe grupo da Bancada de Governo e que podem ser incluídas as demais Bancadas no grupo.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS realizou a defesa da Resolução. Relatou que a proposta foi apresentada no âmbito da Bancada Indígena durante a 3ª Reunião Ordinária do CNPI. Entretanto, naquela oportunidade, não foi possível realizar a leitura integral da proposta. Destacou que a Resolução defende a legitimidade e o trabalho desenvolvido pelo GT de reestruturação, considerando a insuficiência dos 200 pontos ampliados na estrutura da FUNAI.

JECINALDO SATERÉ/MPI verificou que o texto final ainda não havia sido analisado em sua integralidade pela Bancada Indígena. Embora o tema seja importante e bem defendido, a Secretaria Executiva do CNPI sugeriu que a deliberação da proposta de resolução fosse incluída na pauta da próxima reunião extraordinária, para garantir a adequada avaliação pela Bancada Indígena.

DINAMAN TUXÁ/APIB reforçou que não há contrariedade ao tema da Resolução, sendo necessário apenas mais tempo para que a Bancada Indígena analise o conteúdo da proposta e os materiais enviados pela FUNAI.

GUSTAVO PEIXOTO/INDIGENISTAS ASSOCIADOS questionou qual o prazo dado pelo MGI para apresentação de manifestação.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI informou que a votação dos pontos solicitados pelo Governo Federal, para ajustes no âmbito de medida provisória, está prevista até o dia 06 de julho.

DINAMAN TUXÁ/APIB propôs que fosse solicitado encaminhamento à FUNAI para apresentação dos materiais e que fosse agendada a reunião extraordinária antes do prazo estabelecido pelo Governo para manifestação.

TAYSE POTIGUARA/APOINME destacou que o tempo de discussão sobre a reestruturação da FUNAI foi curto para solucionar dúvidas. Solicitou que fossem convidadas a lideranças indígenas das organizações para a reunião extraordinária.

CEIÇA PITAGUARY/MPI reforçou que a proposta de Resolução seja apresentada para votação na reunião extraordinária.

O Plenário sugeriu a realização da reunião extraordinária virtual no dia 16 de maio de 2025, no período vespertino, às 15h30.

Proposta aprovada.

APROVAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

Não foi possível realizar a deliberação para aprovação dos encaminhamentos e sugestões das Câmaras Temáticas. As contribuições foram apresentadas pelos Conselheiros em resposta à apresentação dos Planos de Trabalho. Foi acordada a necessidade de sistematização das contribuições para posterior inclusão como ponto de pauta na reunião extraordinária agendada para o dia 16 de maio de 2025.

Foi acordado que os coordenadores das CTs também farão a sistematização das contribuições

Data da próxima reunião: **16 de maio de 2025, online, às 15h30.**

Encerrada a 4ª Reunião Ordinária do CNPI.

ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

Secretaria Executiva do CNPI:

- Inclusão de pauta em reunião futura para deliberar sobre alteração do regimento interno, com o objetivo de prever prazo específico para publicação das resoluções aprovadas.
- Apoiar e garantir a participação na conferência livre ou a realização de conferência específica sobre assistência social para os povos indígenas, com a eleição de delegados para participação na conferência a ser organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social.
- Encaminhar o convite para participação do FPCondisi, sendo necessário verificar como se dará o custeio da participação do representante nas reuniões.
- Envio de ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para reiterar o ofício anteriormente encaminhado e solicitar manifestação formal sobre o Acervo do CNPI.
- Envio de ofício à FUNAI para solicitar os arquivos referentes à I Conferência Nacional de Política Indigenista.
- Envio de ofício aos coordenadores das Câmaras Temáticas, à APIB e à AGU para solicitar indicação de representantes que deverão compor o Grupo de Trabalho sobre Mineração.

Câmaras Temáticas:

- Os Planos de Trabalho apresentados pelas Câmaras Temáticas na 4ª Reunião Ordinária do CNPI, bem como as contribuições realizadas pelo Plenário aos documentos, serão deliberados posteriormente em sede de reunião extraordinária.
- O Plano de Trabalho da Câmara Temática V será apresentado em reunião posterior.

Encaminhamento nº 1 | Apoio para providenciar a participação de Conselheiros em reuniões presenciais

- Solicitação de apoio logístico à FUNAI e aos demais Ministérios para providenciar a vinda dos Conselheiros para reuniões presenciais.

Encaminhamento nº 2 | Instalação de Grupo de Trabalho sobre mineração

- Indicação, por parte dos coordenadores de todas as CTs, da APIB e da AGU, dos representantes que deverão compor o GT de mineração. A Secretaria Executiva encaminhará ofício para solicitar a indicação e acompanhará a composição do GT.

Encaminhamento nº 3 | Assinatura do Protocolo de Intenções MPI/MinC

- Assinatura do Protocolo de Intenções assinado entre o Ministério da Cultura e o Ministério dos Povos Indígenas, visando ações conjuntas para políticas públicas culturais indígenas e a criação do Plano Nacional de Cultura Indígena, alinhado à Agenda 2030.

Encaminhamento nº 4 | Deliberação sobre cotas indígenas no TSE pela Câmara Temática II

- Deliberação aprofundada, por parte da CT II, acerca do tema cotas indígenas no TSE.
- Estabelecimento de prazo pela Câmara Temática para apresentação de devolutiva ao Plenário sobre as deliberações.

Encaminhamento nº 5 | Constituição do GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista

- Pela Bancada Indigenista, foram definidos como representantes para compor o GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista: Jurema Machado (ANAI) e Gustavo Peixoto (Indigenistas Associados). Pela Bancada Indígena, foram definidos como representantes: Carla Jarraira (COIAB), Tayse Potiguara (APOINME), Wuriu Manchineri (Região Amazônica) e Ednaldo Tabajara (APOINME).

Encaminhamento nº 6 | Deliberação sobre a Resolução nº 03, de 09 de maio de 2025

- Inclusão de pauta na próxima reunião extraordinária do CNPI para deliberar sobre a aprovação da **Resolução CNPI nº 03, de 09 de maio de 2025**, que recomenda ao Governo Federal a aprovação integral do Relatório Final do Grupo de Trabalho de Reestruturação da FUNAI, criado pela Portaria 886/FUNAI, de 16/02/2024.

Resoluções [Publicar no DOU segundo art 17 do Regimento e no site do MPI]:

- .RESOLUÇÃO CNPI No 1, DE 9 DE MAIO DE 2025
- Resolução CNPI nº 02, de 09 de maio de 2025, que recomenda à União, por meio do Ministério da Cultura, que elabore o Plano Nacional de Culturas Indígenas, bem como políticas de acesso aos recursos financeiros, não se limitando apenas aos editais públicos, contemplando outras fontes de financiamento direto.

INFORMES

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI respondeu à proposta de Dinaman Tuxá/APIB ressaltando a impossibilidade de ampliar a Secretaria Executiva do CNPI.

DINAMAN TUXÁ/APIB especificou que a proposta era a criação de redes sociais para o CNPI.

MINISTRA SONIA GUAJAJARA/MPI destacou que pode ser solicitado apoio aos comunicadores indígenas.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI comunicou o falecimento do coordenador regional do município de Ribeirão Cascalheira, filho do Cacique Damião, e registrou sua solidariedade ao povo Xavante.

JECINALDO SATERÉ/MPI informou que no dia 22 de maio de 2025, das 15h às 18h, acontecerá plenária online com o Ministério das Cidades sobre a reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida. Informou que as portarias do Programa serão reformuladas e que será preparado novo edital para lançamento em junho. O link será publicado no grupo do MPI.

SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Apresentação do Plano de Trabalho da Câmara Temática V.
- Apresentação de devolutivas pela Bancada de Governo sobre a demarcação de terras indígenas.
- Apresentação das ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.
- Balanço das ações sanitárias realizadas na Terra Indígena Yanomami.
- Análise do PL do CNPI.
- Apresentação de relato sobre a elaboração da portaria que estabelecerá a nova Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP).
- Apresentação sobre os resultados das conferências para criação da Universidade Indígena.
- Apresentação do Programa Nacional de Saneamento Indígena e das propostas relativas à assistência social e à promoção do bem-viver indígena.
- Apresentação sobre a Conferência Nacional da Assistência Social e Previdência Social.
- Debate sobre o mercado de carbono e sobre os produtos da sociobiodiversidade.

SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS CONSELHEIROS AO LONGO DA REUNIÃO E NÃO ENCAMINHADAS

CT I – Demarcação, direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

- Inclusão do tema da proteção dos povos isolados.
- Inserção do eixo sobre a defesa de lideranças indígenas.
- Deliberação sobre como serão tratadas as iniciativas de monitoramento e segurança realizadas pelos próprios indígenas dentro de seus territórios.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

- Inclusão de menção, no Art. 2º, VI da análise do PL do CNPI, para abarcar as representações indígenas e indigenistas.

CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social

- Acompanhamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP).
- Participação no 5º seminário regional para elaboração de proposta aperfeiçoamento da PNASP, previsto para julho de 2025.
- Deliberação sobre a reestruturação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no eixo de saúde indígena e serviço social.
- Apresentação de atualizações sobre a AgSUS.
- Encaminhamento de representantes para o Fórum (FPCondisi) e para o comitê da AgSUS.

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

- Elaboração de resolução do CNPI em apoio à criação da Universidade Indígena.
- Realização de escuta nos territórios para tratar sobre o que se entende dos conceitos de saberes tradicionais, propriedade e patrimônio cultural.

CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos

- Apresentação do mapeamento de políticas públicas na pré-COP, com o objetivo de viabilizar as oportunidades de incidência para as organizações.
- Inclusão da pauta da pesca artesanal na pauta da Câmara Temática VI.
- Deliberação sobre os encaminhamentos necessários junto às comunidades para o estabelecimento de políticas pelo Ministério das Cidades.
- Acompanhamento dos editais em lançamento e da implementação dos projetos das associações indígenas contempladas em editais de 2024.
- Deliberação sobre o Projeto Nacional de Bioeconomia.
- Retomada da nomenclatura da anterior da Câmara Temática, de direitos humanos para direitos sociais.
- Elaboração de um caderno com orientações sobre os projetos de lei que tramitam no Congresso, com resumo explicativo, possibilitando o acompanhamento da pauta.

DATAS DAS PRÓXIMAS REUNIÕES

- Reunião Extraordinária: 16 de maio de 2025, às 15h30.
- 5ª Reunião Ordinária do CNPI: de 28 de julho a 1º de agosto de 2025.
- 6ª Reunião Ordinária do CNPI: de 4 e 5 de dezembro de 2025.

